



CARTOGRAFIA AFETIVA:

PERCEÇÕES SOBRE A PEQUENA E GRANDE CIDADE NA ÓTICA DOS INDIVÍDUOS

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Centro Tecnológico
Trabalho de Conclusão de Curso

ACADÊMICA: Thaís Aparecida Carlini

ORIENTADOR: Samuel Steiner dos Santos

Este Trabalho é um estudo analítico de percepções acerca do território urbano com enfoque na dicotomia entre cidades grandes e pequenas. Este mesmo é produto da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob orientação do professor Samuel Steiner dos Santos. Além de um estudo sobre os conceitos existentes, busca-se um ponto de condensação a partir da vivência e das experiências de indivíduos inseridos nesse contexto, de forma que determinados estigmas e pré-conceitos sejam melhor explorados.

MOTIVAÇÕES

Este TCC surge de uma inquietação, vinda de minha parte, acerca da relação de dependência entre as cidades grandes e as cidades pequenas, as quais serão melhor definidas ao longo do texto, aliada à carência de diretrizes e planos de urbanização tanto regionais quanto estaduais. Da mesma forma, buscava compreender as dinâmicas internas, as motivações pessoais e os condicionantes de cada um desses recortes territoriais.

Desde o ingresso na faculdade até aqui, e tendo a experiência de um intercâmbio para a Itália, onde conheci diferentes culturas e uma forma mais harmônica de viver e se relacionar com a cidade, me questionava de que modo e porque a maioria dos moradores de Benedito Novo/SC, onde vivi dos 6 aos 17 anos, escolhiam permanecer em um município tão pequeno e carente no que tange à infraestrutura básica, transporte, educação e oportunidades. Entender o contexto urbano em que cresci e a relação direta entre cidade e sociedade se tornou um ponto fundamental na minha formação.

Em 2020, realizei uma pesquisa acadêmica sob orientação da professora Marina Toneli Siqueira, em parceria com o Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina, na qual me dediquei à análise dos planos diretores das sedes das regiões metropolitanas de Santa Catarina. A partir dessas leituras surgiram os primeiros questionamentos que me impulsionaram a aprofundar meu estudo na relação entre as diferentes escalas urbanas: a existência de uma hierarquia entre municípios não deveria ser amparada por um planejamento urbano inter regional? Existe a cidade "ideal" na qual bem-estar e infraestrutura andam em harmonia? A independência dos municípios, e a consequente ruptura da rede regional, seria sustentável social e economicamente?

Aliado a essas indagações gerais, o choque de minha mudança de Benedito Novo para Florianópolis e a latente dependência de minha cidade ocasionada pela ausência de transporte público e a antagônica dependência de serviços e comércios dos municípios vizinhos me instigaram a buscar respostas para o desamparo público e a falta de ação dos moradores locais.

Estas são algumas das questões que me vêm instigando há um tempo e vejo este TCC como uma oportunidade de estudo do território de centenas de brasileiros, das problemáticas dessas cidades e uma busca por uma forma de dar ouvido às dinâmicas locais também em pequenos municípios, conforme corrobora Gomes (2012):

"Na medida em que se apresenta como ponto de articulação entre o global e o local, o lugar poderá nos permitir, através do seu estudo, a descoberta da sociedade na atualidade. Daí porque, entender o lugar significa analisar e refletir sobre várias questões que nele estão inseridas, as quais, associadas diretamente à reprodução da sociedade como sejam: a moradia, a saúde, a educação, o lazer, o consumo, os processos produtivos e, principalmente, o processo de apropriação que, enquanto significado da fragmentação, nos permite entender outras especificidades, tais como, o próprio indivíduo, a cultura e a vida social." (GOMES, 2012, p. 127)

OBJETIVO DA PESQUISA

A partir dos questionamentos levantados, chega-se ao objeto de estudo, que diferentemente do que se esperava no início, ao longo do trabalho se mostrou ser não a cidade como espaço físico construído, mas a cidade como um aglomerado de pessoas com diferentes perspectivas e modos de vida.

Dessa forma, o principal objetivo é explorar as vivências e as nuances de moradores de pequenas e grandes cidades, entender as dinâmicas deles nesses locais e encontrar um denominador comum que recontos esses diferentes territórios sob a ótica dos indivíduos. Para tanto, será preciso desconstruir o senso comum simplificador difundido pela sociedade e, em parcela importante, pela literatura e se despir de pré-conceitos a fim de evidenciar as particularidades de cada universo.

Dito isso, este trabalho será concebido à luz da cartografia social, um instrumento que visa construir e compreender o território para além dos aspectos tradicionais e físicos, na qual o conhecimento popular, os sentimentos e as emoções do sujeito constroem a própria definição de cidade.

Por fim, o objetivo deste trabalho está em ampliar os horizontes do planejamento urbano para além do espaço físico e dos aspectos quantitativos, enfatizando os indivíduos como formadores da cidade e desconstruindo um mundo globalizado aparentemente homogêneo a fim de construir uma singularidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado, sustentado e concedido tamanhas bênçãos até aqui.

À minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio incondicional e pelo estímulo constante desde cedo.

Ao meu marido, cuja paciência e parceria constante foram alicerces fundamentais em minha trajetória.

Ao meu orientador, pela orientação sólida, pelo acolhimento e pelo compartilhamento valioso de conhecimento.

E a todos os meus amigos, que direta ou indiretamente contribuíram nesse processo, por terem me incentivado e me alegrado até aqui.

PANORAMA BIBLIOGRÁFICO: UM ESTUDO SOBRE AS REFERÊNCIAS DAS GRANDES E PEQUENAS CIDADES

O conceito de cidade pode ser definido como uma aglomeração de pessoas, vinculada à materialidade do espaço, em uma determinada área geográfica (SOUZA, 1999 apud MOURA, 2009). Raquel Rolnik (1988) define a cidade como um ímã que concentra os seres humanos e implica diretamente na construção de uma vida coletiva, política e mercantil. Dessa forma, a cidade surge como uma relação entre a apropriação do espaço e uma dinâmica coletiva, uma unidade não só física mas também social que desempenha um papel fundamental nas trocas, relações e evolução entre os indivíduos. É o espaço onde diferentes grupos coexistem, partilham suas experiências e constroem um território uno.

Essa forma de organização da vivência coletiva e a participação na rede urbana acontece, tomadas as devidas proporções, em todo e qualquer núcleo urbano. Toda cidade exerce um papel, ainda que sucinto, na estruturação da dinâmica territorial, na divisão social do trabalho e nas relações sociais do entorno, conforme afirma Souza (2010):

“O que importa é que, seja no interior de um país, seja em escala planetária, nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informação e bens com o mundo exterior; caso contrário, não seria uma cidade. (SOUZA, 2010, p.50 apud GUMA, 2016, p.49)

Apesar da coexistência e da dinâmica entre as diferentes escalas de cidades, o enfoque de estudos urbanos sobre pequenas e médias cidades ainda é pouco explorado pela comunidade científica. Renomados geógrafos brasileiros manifestaram atenção à importância de estudos direcionados às pequenas cidades, dentre eles Silva (1978); Santos (1979); e Corrêa (1999), no entanto, grande parte da produção acadêmica existente até o momento ainda é mais representativa sobre dinâmicas de regiões metropolitanas (SILVA, 2007).

A partir de 1990, alguns pesquisadores das mais diversas áreas voltaram a direcionar seus estudos sobre as pequenas cidades ao procurar compreender sua importância e representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira (FRESCA, 2008). Ainda assim, elas constituem grandes desafios para a pesquisa acadêmica e permanecem à margem do interesse dos estudiosos.

Segundo Silva (2007), a inclinação dos geógrafos aos estudos das grandes cidades se deve à aparente complexidade das grandes e simplicidade das pequenas: “considera-se a cidade pequena como uniforme e regular, desestimulando os profissionais a se preocupar com a materialidade e problematização dos espaços”. Corroborando com a afirmação de Silva (2007), Olanda (2008) declara que “a análise das

pequenas cidades não é algo simples, visto que elas são heterogêneas, complexas e muito diferenciadas das cidades médias e ou das metrópoles. Nesse sentido requer do pesquisador, um olhar diferenciado daquele direcionado aos maiores centro urbanos”.

Tendo em vista o contexto de urbanização e da estruturação do espaço no Brasil, é inegável a relevância do estudo de pequenas cidades devido à expressiva fração das cidades brasileiras e à área espacial por elas ocupadas, apesar da antagonica pequena fatia da população total do país (SPOSITO; SILVA, 2013 apud GUMA, 2016).

Toda sede municipal, independentemente do seu número populacional, possui um ou mais aglomerados populacionais urbanos definidos como cidades. Neste trabalho, toma-se como cidade a unidade territorial do município delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visto que é sobre esta unidade que incorrem a maior parte dos estudos e levantamentos demográficos e sociais.

RETRATO URBANO: GRANDES E PEQUENAS CIDADES NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A partir da redemocratização do país, após o fim do período militar, e reforçada pela Constituição Federal de 1988, intensifica-se no país a busca por um modelo de desenvolvimento menos centralizador e a consequente emergência dos municípios como locus privilegiados de ação política. Essa descentralização passou a autoridade de regulamentar as emancipações da União para os Estados que, munidos de todo um arcabouço jurídico e de autonomia institucional, geraram um novo ordenamento federativo e um ritmo distinto na criação de novos municípios. Apesar do município receber o título de organização política autônoma em quase todas as constituições republicanas (exceto em 1937), apenas na Constituição Federal de 1988 alcançou total autonomia, obtendo o status de ente federativo de maneira legítima (TOMIO, 2002).

Como resultado dessas mudanças legislativas, segundo dados do IBGE, o número de municípios expandiu de 4.491 em 1990 para 5.560 em 2000, um aumento de mais de 20% em uma década. No entanto, o número de municípios vêm aumentando gradativamente, ainda que em ritmo irregular, ao longo de todo o século passado, como pode ser visto na Tabela 1. Entre 1950 e 1970 a intensidade foi maior que no período atual, enquanto na década de 1970, durante o regime militar, o número de emancipações foi praticamente insignificante.

TABELA 1 - MUNICÍPIOS NO BRASIL DE 1940 A 2000

REGIÕES	ANOS						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Norte	88	99	120	143	153	298	449
Nordeste	584	609	903	1376	1375	1509	1791
Sudeste	641	845	1085	1410	1410	1432	1668
Sul	181	224	414	717	719	873	1189
Centro-oeste	80	112	244	306	317	379	463
Total (Brasil)	1574	1889	2766	3952	3974	4491	5560

Fonte: IBGE e TSE apud TOMIO, 2002 (modificado pela autora)

Segundo Guma (2016), a maioria das emancipações após 1990 aconteceram devido a grande extensão territorial dos municípios, aumento de população no município de origem, descaso da administração local e por questões políticas e econômicas. Ainda, para Moreira Junior (2014) a criação de municípios a partir do desmembramento territorial requer cautela pois muitos desses processos têm sido embasados em disputas econômicas e políticas “ao invés de ser motivado pelo crescimento populacional e econômico de determinado distrito, que demandaria maior autonomia” e também carecem de um estudo prévio de viabilidade, pois muitas emancipações têm como resultado municípios dependentes financeiramente de transferências de recursos do Estado e da União. Corroborando com o autor, Tomio (2002) evidencia a emancipação de micro e pequenos municípios que não existiria legalmente antes da Constituição de 1988, os quais somam cerca de 75% dos casos entre os anos de 1980 e 2000. Outro aspecto relevante apontado pelos autores acima é a abundância de municípios emancipados com população abaixo de dez mil habitantes. No Brasil, estes perfazem cerca de 74% dos municípios criados entre 1980 e 2000, desse percentual, 90% dos municípios se encontram na região Sul.

No entanto, apesar do expressivo aumento no número de municípios com menos de 20 mil habitantes, a dimensão demográfica por eles ocupada ainda tem pouca participação na proporção da população do Brasil. Segundo dados do IBGE (estimativa de 2021), a soma da população que vivia em municípios com até 20 mil pessoas representava apenas 14,8% da população brasileira; 6,0% da população vivia em municípios com até 10 mil habitantes; e apenas 2,0% da população em municípios com até 5 mil habitantes. Por outro lado, a extensão territorial desses municípios se dá de forma contrária, os municípios com até 20 mil habitantes abrangem 44,3% da área do território federal; 21,9% do território é ocupado por municípios com até 10 mil pessoas; e 9,0% por municípios com até 5 mil habitantes. Dessa forma, constata-se que, no Brasil, a relação existente entre o número de municípios é inversamente proporcional à concentração de população.

Em Santa Catarina, considerando seus 295 municípios, 40,3% se enquadra na categoria entre 5 e 20 mil habitantes; outros 35,6% nos municípios com menos de 5 mil habitantes (dados da estimativa do IBGE, 2021). Juntas, essas classes alcançam 75,9% do total de municípios, ocupam 67,9% da área do Estado e abrigam 21,5% da população total em 2021. Esses dois grupos agregam o maior conjunto de municípios e a maior parcela territorial do Estado. Contrariamente a isso, 13 municípios entre 100 e 500 mil habitantes, representam 45,4% da população total e ocupam uma área irrisória de 5,8% do Estado. Apesar do pequeno percentual de pessoas em municípios de até 20 mil habitantes, o qual em números absolutos representa 1.575.158 habitantes, ainda se configura como um número significativo, uma vez que corresponde ao da população de muitos países europeus.

TABELA 2 - PANORAMA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

POPULAÇÃO	HABITANTES (2010)	TOTAL DE HABITANTES	% DA POPULAÇÃO DO ESTADO	ÁREA TOTAL (KM²)	% DA ÁREA DO ESTADO	Nº DE MUNICÍPIOS	% DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS
<5000	329.288	319.552	4,35%	21.206.731	24,35%	105	35,59%
5001-10000	439.552	455.498	6,21%	18.421.889	21,15%	62	21,02%
10001-20000	691.462	800.108	10,90%	19.552.968	22,45%	57	19,32%
20001-50000	1.050.776	1.258.937	17,16%	14.445.977	16,58%	41	13,90%
50001-100000	974.793	1.172.043	15,97%	8.389.294	9,63%	17	5,76%
>100000	2.762.565	3.332.335	45,41%	5.086.354	5,84%	13	4,41%
Total	6.248.436	7.338.473		87.103.213		295	

Fonte: dados do censo IBGE (2010) compilados pela autora

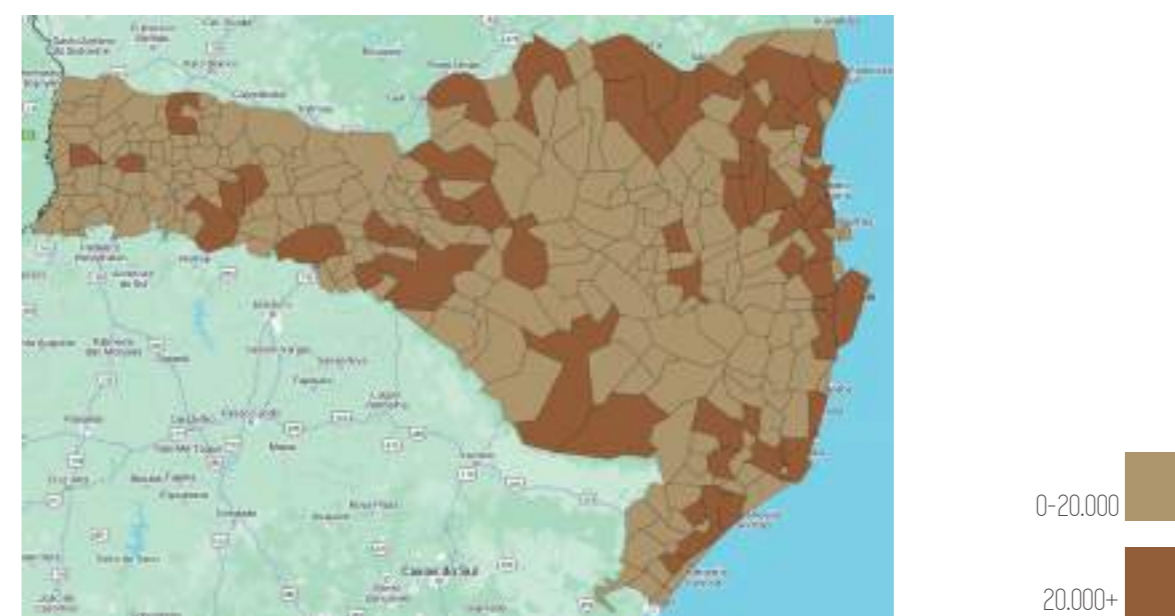
Os maiores municípios de Santa Catarina, em termos populacionais, conformam polos regionais no Estado, em torno das quais se desenrolam diversas dinâmicas urbanas envolvendo municípios de portes intermediários. Tratam-se de municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo ou trabalho. Já os municípios de menor porte ocupam todas as zonas do território, adentrando, em alguns casos, nas aglomerações urbanas.

MAPA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM FAIXAS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA



Fonte: Censo do IBGE (2010), compilado por Atlas Brasil e organizado pela autora

MAPA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM FAIXAS DE CIDADES PEQUENAS E GRANDES



Fonte: Censo do IBGE (2010), compilado por Atlas Brasil e organizado pela autora

Com base nessa dinâmica, as cidades brasileiras foram classificadas de forma hierárquica na pesquisa de Regiões de Influência das Cidades - REGIC coordenada pelo IBGE, a partir das suas zonas de influência e das funções que exercem no território, sendo em atividades de gestão pública ou empresarial ou em suprimento de bens e serviços. Conforme explicita a Tabela 3, as cidades, aqui entendidas pelo conjunto formado por municípios e arranjos populacionais estabelecidos pelo IBGE, podem ser classificadas em cinco grandes níveis: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais. Cada nível possui subdivisões internas também de acordo com seu nível de influência.

TABELA 3 - HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	SUBDIVISÕES	Nº DE CIDADES
Metrópole	Cidades de grande porte cuja região de influência abrange todo o território nacional. População média acima de um milhão de habitantes	Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional, Metrôpole	15
Capital Regional	Centros urbanos com ampla influência em território nacional, grande importância populacional e alta concentração de atividades de gestão. População entre 200 mil e 1,4 milhão de habitantes	Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C	97
Centro Sub-regional	Cidades de menor porte populacional, possuem áreas de influência restritas a esferas regionais e atividades de gestão menos abrangentes. Média populacional de 85 mil habitantes	Centro Sub-Regional A, Centro Sub-Regional B	352
Centro de Zona	Cidades com atuação restrita à sua área imediata, relações de proximidade, atração direta por comércios e serviços. Média populacional de 30 mil habitantes	Centro de Zona A, Centro de Zona B	398
Centro Local	Cidades sem atuação regional, restritas ao próprio limite territorial, podendo eventualmente atrair a população vizinha. Têm os centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas. Média populacional de 12,5 mil habitantes	Sem subdivisão	4037 (82,4% do total)

Fonte: REGIC, 2018. Organizado pela autora

Em Santa Catarina, o arranjo populacional se dá em um contexto estadual específico. O Estado envolve apenas uma metrópole, a Metrôpole de Florianópolis, a qual estabelece influência em 38 Capitais Regionais, que, por sua vez, convergem ligações com as cidades de menor hierarquia (247 cidades, sendo 190 centros locais). Segundo o IBGE (REGIC, 2018), a participação de Florianópolis como Metrôpole é “a menor participação do núcleo dentre as redes urbanas de primeiro nível hierárquico, revelando uma melhor distribuição territorial da geração de riqueza entre as cidades componentes da rede urbana”. Tem-se, dessa forma, uma rede com grande dinamismo econômico na configuração urbana de Santa Catarina, destacando-se os Arranjos Populacionais de Chapecó/SC – polarizando grande parte do oeste catarinense, de Criciúma/SC, de Joinville/SC, de Blumenau/SC e de Itajaí - Balneário Camboriú/SC. A região de influência de Florianópolis é a quarta menor do Estado, com menos de 100 mil km², conforme ilustra o mapa abaixo.

MAPA 1 - ARRANJO POPULACIONAL DE FLORIANÓPOLIS



Fonte: REGIC (2018)

Outra questão urbana bastante relevante no estudo das cidades grandes e pequenas é a dinâmica de crescimento. Em Santa Catarina, entre os 224 municípios com menos de 20 mil habitantes em 2021, 60% tiveram crescimento positivo com relação ao censo de 2010. Já nos 105 municípios com até 5 mil habitantes, somente 38% tiveram crescimento positivo, sendo 50% destas cidades representando crescimentos ínfimos, próximo ou abaixo do vegetativo. Estes dados demonstram uma dinâmica de esvaziamento populacional nas pequenas cidades, salvo municípios inseridos nas dinâmicas das aglomerações urbanas, os demais não demonstram sinais de que possuem atrativos a novos moradores ou à permanência dos residentes. A tabela a seguir resume as condições de crescimento populacional em Santa Catarina e exemplifica o papel dos pequenos municípios na dinâmica regional.

TABELA 4 - CONDIÇÃO DE CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULACIONAL	Nº DE MUNICÍPIOS	% DE CRESCIMENTO POPULACIONAL
<5000	-9.736	40	-2,96%
5001-10000	15.946	41	3,63%
10001-20000	108.646	54	15,71%
20001-50000	208.161	40	19,81%
50001-100000	197.250	16	20,24%
>100000	569.770	13	20,62%
Média estadual	3.695	-	8%

Fonte: Censo IBGE, 2010; estimativa Censo IBGE, 2021. Organizado pela autora

Por outro lado, entre os municípios de até 20 mil habitantes, Schroeder (48%), Itapoá (47%), Bombinhas (46%), Balneário Arroio do Silva (44%) e Balneário Piçarras (43%) apresentam crescimento superior a cinco vezes a média do Estado (8%). A justificativa do elevado crescimento desses municípios se dá por diferentes causas, entre elas o desenvolvimento econômico proveniente da criação de novos postos de trabalho, como é o caso de Itapoá com a instalação do Porto, e a proximidade com grandes aglomerações urbanas, como é o caso de Schroeder (proximidade com Jaraguá do Sul e Joinville) e de Bombinhas, Balneário Arroio do Silva e Balneário Piçarras (proximidade com Balneário Camboriú).

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

A partir da intensificação do processo de urbanização no Brasil nos anos 1970 e da crescente conurbação e aglomeração urbana, juntamente com a recorrente transferência de problemas das grandes cidades para suas áreas periféricas, foram instituídas pelo parágrafo 10 do art. 157 da Constituição de 1967 as primeiras regiões metropolitanas do País. A partir dessas regiões, a responsabilidade pelo planejamento e administração de serviços de interesse comum, como saneamento básico, transporte, sistema viário e recursos hídricos, seria atribuída a entidades metropolitanas e coordenada pelo governo estadual. No entanto, a partir da Constituição de 1988, foi transferida aos estados a responsabilidade pela criação das regiões metropolitanas, sem oferecer mecanismos institucionais para construir uma nova gestão metropolitana (Garson, 2009).

A complexidade dos processos econômicos ligados às regiões metropolitanas fez com que estados e municípios acreditassem na catalisação do desenvolvimento a partir da instituição de regiões metropolitanas. Esta convicção foi fundamentada na premissa de que a criação de regiões metropolitanas conferiria a essas entidades uma condição especial que as habilitaria a obter investimentos federais em termos vantajosos e a estimular o crescimento econômico e fomentar melhorias significativas na infraestrutura e qualidade de vida das comunidades urbanas. No entanto, a prática se revela de outra maneira, em que a criação dessas regiões nada tem a ver com a perspectiva de melhora no processo de formação socioespacial, à criação de políticas de desenvolvimento territorial ou aos interesses comuns (Moreira Junior, 2014).

Devido ao contexto histórico de colonização do Brasil, até a década de 1940 não existia uma rede urbana consolidada no país. Os municípios sempre estiveram mais conectados sob a influência da Metrópole europeia, revelando uma organização espacial nacional caracterizada por uma dispersão em pequenos núcleos, sem a consolidação de um sistema interconectado entre essas localidades (Moreira Junior, 2014).

Como consequência desse histórico tem-se a aplicação dos Planos Diretores, lei municipal, prevista no Estatuto da Cidade, que serve de instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. As propostas para a elaboração de um Plano Diretor, qualquer que seja a realidade municipal, devem ter como orientação básica uma visão histórica da urbanização, considerando o município como um todo e incluindo as características do contexto microrregional onde este está inserido, assim como de cada uma das áreas urbanas que conformam a rede urbana intramunicipal.

A ausência de diretrizes regionais nos planos diretores urbanos é uma questão crítica que afeta o planejamento e desenvolvimento das cidades em muitos lugares do mundo. Esses planos diretores são instrumentos fundamentais para orientar o crescimento e a organização das áreas urbanas, mas, frequentemente, focam exclusivamente nas necessidades e características específicas de cada município, sem considerar as interações e implicações regionais.

Uma das principais razões para essa ausência de diretrizes regionais é a fragmentação do planejamento urbano, onde cada cidade ou município tem autonomia para elaborar seu próprio plano diretor sem levar em conta os impactos nos territórios vizinhos. Isso leva à falta de coordenação entre diferentes jurisdições, resultando em um desenvolvimento desordenado e expansão urbana descontrolada.

Comum à grande parte dos planos diretores, a falta de especificidade influencia tanto na funcionalidade quanto na efetividade da abrangência. Devido à obrigatoriedade da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e à falta de qualificação técnica por parte do Poder Público, muitos planos diretores apresentam trechos retirados diretamente do texto da lei sem aplicá-los ao contexto local. Essa falta de adaptação é observada no planejamento regional, no ordenamento territorial, na gestão do patrimônio, na implantação da habitação de interesse social e em tantos outros.

DESDOBRAMENTOS CONCEITUAIS: UMA ANÁLISE DA DIVERSIDADE DE DEFINIÇÕES DE CIDADES GRANDES E PEQUENAS NA LITERATURA ACADÊMICA

A definição do que são cidades grandes ou cidades pequenas é bastante controversa no meio acadêmico, sendo apresentadas teorias de acordo com alguns critérios por diversos autores ao longo das últimas décadas. Vale ressaltar, como já indicado no início deste capítulo, que as pesquisas realizadas nas cidades pequenas são pouco expressivas para a realidade brasileira, estando essas muito mais voltadas para as grandes metrópoles e cidades médias onde os problemas são mais intensos.

O primeiro, mais usual e mais objetivo critério aplicado na definição das cidades é o demográfico, o qual identifica apenas uma faixa na qual a cidade se enquadra sem que haja correspondência direta entre esse número e a sua atuação na rede urbana em que se insere. Não existe uma teoria geral que seja adequada à realidade de todo o país, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam de um estado para o outro e até mesmo entre áreas de um mesmo estado.

Partindo disso, verifica-se o uso de diferentes intervalos quantitativos em pesquisas. Santos (1989) e Pereira (2007) definem que, para ser uma pequena cidade, o número de habitantes deve atingir, no máximo, vinte mil — esse patamar é utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade. Já Corrêa (1999), define que as cidades pequenas são aquelas que possuem até cinquenta mil habitantes. E, por fim, a classificação do IBGE (2000) define a pequena cidade como aquela que possui até cem mil habitantes.

Dessa forma, tem-se que o critério demográfico define muito mais o porte das cidades como elementos isolados do que a interação e a relevância regional dessas no meio em que estão inseridas. Assim, o segundo critério adotado por autores é a compreensão da rede urbana e a forma como as cidades se inter-relacionam. Catalão (2010), por exemplo, define a cidade grande como uma concentração de atividades econômicas, inovação e dos fluxos de informação e comunicação, as quais juntas configuram um nó significativo de redes.

Moreira Junior (2014) manifesta a dificuldade em idealizar uma delimitação das cidades pequenas sem criar relações com o entorno, a qual, segundo o autor, “engloba a análise da hierarquia urbana; o entendimento dos papéis que elas assumem; a compreensão da relação com o campo e a articulação com o rural.”

Soares e Melo (2010) qualificam a noção de cidade pequena como “subjéitiva”. Segundo as autoras, para quem vive nas grandes cidades, as pequenas cidades não são constituídas de núcleos urbanos, por outro lado, para os moradores dessas pequenas cidades, até mesmo os núcleos rurais podem ser considerados urbanos.

“[...] há, pois, ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender às demandas básicas da sua população e às da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico e outras não. Por outro lado, coexistem pequenas cidades que funcionam apenas como reservatório de mão-de-obra; outras são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo, de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos.” (MELO, 2005 apud SOARES, MELO, 2010, p. 241)

Ainda, Soares e Melo (2010) sugerem sete processos gerais para classificação das cidades pequenas de acordo com parâmetros qualitativos, sendo eles: a inserção no mundo da globalização, na qual o contato com a economia global pode influenciar; a relação entre o poder público local e a população; a relação com a natureza, a qual pode ser um meio de sobrevivência para determinados municípios; o entorno rural e suas ruralidades, o qual, apesar do percentual urbano, há intensa relação entre os valores rurais e urbanos na vida dos moradores; a dependência do sistema urbano regional; o envelhecimento e a involução populacional, o qual proporciona a fuga das pequenas cidades em busca de melhores condições de vida em grandes centros urbanos; e os aspectos de sociabilidade na pequena cidade.

Dessa forma, os parâmetros para caracterização e definição de cidades grandes e pequenas são muito variáveis e abstratos, assim como os recortes demográficos para sua classificação são polêmicos no ambiente acadêmico. Afinal, os adjetivos “grande” e “pequeno” só podem ser assim entendidos quando em comparação com um universo específico. Partindo do pressuposto que a medida que os classifica é o tamanho da população, excluir-se-iam inúmeras outras nuances a ponto de simplificar esse universo multifacetado. Além de que, aplicar o mesmo conceito para regiões com contextos tão diversos como os do Brasil sem compreender as relações estabelecidas nos contextos locais, regionais e globais seria simplório ao ter-se como ponto de partida que a produção do espaço não acontece a partir do isolamento das cidades, mas de suas conexões.

FATORES CONDICIONANTES: POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS NOS DIFERENTES TIPOS

A conceituação de cidade grande ou pequena não permite compreender esses conjuntos em essência, visto que estes, entre si, não integram um grupo homogêneo em características, funcionalidades ou recortes espaciais. Como dito anteriormente, cada cidade possui suas próprias especificidades, as quais se alteram, sobretudo, de acordo com a realidade regional em que estão inseridas. Todavia, na bibliografia acerca desse tema, percebe-se uma predominância de determinadas características em detrimento de outras tanto para as cidades grandes quanto para as cidades pequenas.

Segundo Soares e Melo (2010), a percepção de habitantes das grandes cidades é que as cidades pequenas não conformam áreas urbanas, no entanto, para os habitantes locais, mesmo os que residem em zonas rurais, suas percepções as identificam como urbanas. Gomes (2012) corrobora com a perspectiva explorada pelas autoras:

“Isto é, na aparência o mundo se apresenta como sendo um só, ou seja, as lógicas globais parecem comandar todos os momentos de reprodução da vida das pessoas e da sociedade como um todo. No entanto, na essência, outra lógica também se pronuncia. Trata-se da lógica local, onde a vida cotidiana parece nada ter a ver com a globalização que se impõe.” (GOMES, 2012, p.119)

Ainda sobre essa temática, Moreira Junior (2014) afirma que as cidades pequenas preservam de forma bastante intensa os hábitos e comportamentos entre o urbano e o rural. Segundo o autor, “a morfologia destas cidades é marcada pelo tênue contraste urbano-rural, na qual, não raramente, se observa atividades agrícolas inseridas na cidade, como são os casos: dos quintais, das hortas ou criações de animais como galinhas, por exemplo”. A dependência de algumas das cidades pequenas em relação a atividades agrícolas é significativa a ponto de mudanças no sistema produtivo repercutirem diretamente em modificações no espaço urbano.

O meio rural não se configura apenas pela produção agrícola, mas também como um espaço singular em que a natureza está fortemente presente no dia-a-dia dos moradores. Nas cidades pequenas, a natureza é um meio de sobrevivência tanto economicamente quanto em atividades de turismo e lazer, sendo considerada uma forte influência na qualidade de vida e na paisagem urbana. A crescente percepção positiva em relação a isso e a busca incessante pelo natural tem sido recriada cada vez mais frequentemente nos grandes empreendimentos imobiliários em cidades grandes.

Guma (2016) elucida que as cidades pequenas são naturalmente transformadas por mudanças socioeconômicas que podem converter esses núcleos em centros de produção industrial, comercial, agrícola e turística. Essas transformações podem ocorrer tanto internamente, por demandas do próprio município, quanto externamente, influenciadas pelos municípios da rede urbana em que estão inseridas. Esta última se dá através da dinâmica de influência da colonização, na qual a cidade-mãe exerce influência sobre as cidades no seu entorno, usualmente desmantelando “as estruturas e as relações socioculturais mais pessoais por relações massificadas e alienantes de precarização do trabalho e da vida cotidiana” (CATALÃO, 2010).

Nesse sentido, Moura (2009) discorre que, diferentemente das cidades pequenas em países desenvolvidos nas quais existe uma rede consolidada de infraestruturas e funções necessárias para a vivência local aliada a tranquilidade de um pequeno centro, em países subdesenvolvidos como o Brasil, as metrópoles ainda desempenham um papel fundamental na dinâmica das pequenas cidades.

A delimitação do espaço urbano ainda é apenas uma mera formalidade nesses territórios confinados à base produtiva e ao modo de vida rural, onde há ausência de empregos, infraestruturas e outras tantas necessidades, as quais aumentam a dependência da população em relação aos centros de maior porte. Guma (2016) compartilha do mesmo entendimento quando afirma:

“Algumas dessas cidades possuem atualmente importância local, tímida centralidade e dinamismo urbano, enquanto outras mantêm estruturas precárias, dependência total das cidades vizinhas, do Estado e da União e nenhum tipo de relevância fora do seu espaço intraurbano.” (p. 48)

Como consequência da dinâmica submissa que ocorre em uma parte das pequenas cidades e da busca de melhores condições de trabalho, infraestruturas e lazer, dados do IBGE indicam um crescimento dos pequenos centros urbanos abaixo da média do país. No entanto, contrariamente ao que aparenta, a mudança do campo para a cidade pode não provocar melhorias nas condições de vida dos migrantes, pois os benefícios que a cidade oferece muitas vezes não são desfrutados por eles (MOREIRA JUNIOR, 2014).

A migração intensa de áreas rurais para áreas urbanas em busca de uma melhor qualidade de vida contribui para o acúmulo de mão de obra nas cidades. Frequentemente, por conta da falta de qualificações necessárias para empregos bem remunerados, as famílias se veem obrigadas a procurar habitação em cidades periféricas, gerando cidades dormitórios com uma grande reserva de mão de obra barata. Essa última, nas cidades grandes, está intrinsecamente relacionada aos processos e formas espaciais urbanas, apresentando estratificações socioespaciais marcantes e, conseqüentemente, prejudicando o atendimento e o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e moradia adequada.

Voltando ao contexto econômico, apesar da autonomia concedida aos pequenos municípios por meio da descentralização política a partir da Constituição de 1988, a maior parte das cidades ainda dependem financeiramente de outras entidades governamentais. Esses municípios por si só não possuem os recursos necessários para assumirem o papel de protagonistas no planejamento urbano e ficam a mercê de políticas nacionais de saúde, educação, infraestrutura e redistribuição de riquezas, as quais complexificam a gestão local e a não homogeneização dos pequenos centros. Além disso, a receita desses grupos é advinda, em grande parte, de repasses dos governos estaduais e federais, a qual acaba por não estimular a produção de recursos dentro do próprio município (MAGALHÃES, 2008).

Esse repasse se deve a instituição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o qual teve grande participação no incentivo à emancipação de municípios a partir de 1988 por favorecer os municípios de pequeno porte. Esse mecanismo de repasse teve origem na Emenda Constitucional de 1965 e posterior bonificação na Constituição de 1988 e é uma transferência obrigatória de recursos da União que deve ser entregue aos municípios de todo o Brasil e ao Distrito Federal. Os percentuais de participação dos municípios são calculados de acordo com informações sobre população e renda per capita fornecidas pelo IBGE e repartidos pelo seguinte critério: 10% para capitais (Distrito Federal e capitais estaduais); 3,6% para os municípios reserva (população a partir de 142.633 habitantes); e 86,4% para cidades pequenas.

Segundo Magalhães (2008), é nas pequenas cidades, nos municípios com até 20 mil habitantes, que se encontram as maiores ineficiências nos gastos públicos. O Fundo de Participação dos Municípios faz com que municípios com menos de 5 mil habitantes, muito comumente, disponham de mais recursos financeiros per capita do que a maior parte dos municípios do Brasil. No entanto, o alto custo de produção e a falta de ganhos de escala aumentam consideravelmente o custo marginal do serviço público, o que leva a um pico de carência de serviços em municípios de até 20 mil habitantes e ao subsídio desses serviços, principalmente na área da saúde. Para Gomes e MacDowell (2000), outro fator expressivo é o gasto com o setor legislativo e com o gerenciamento do município,

o qual em termos per capita e devido a estrutura administrativa mínima brasileira, tende a ser maior do que em municípios mais povoados, fazendo com que uma porção menor dos recursos esteja disponível para o investimento em áreas de interesse da população.

Apesar da ineficiência de gastos na maior parte das pequenas cidades, a criação de novos municípios garante a redistribuição de recursos públicos e o incentivo ao desenvolvimento de áreas antes pouco contempladas pelo poder público. Juntando-se a isso, a representatividade local estabelecida pela proximidade da população com seus representantes políticos em municípios pequenos é um importante aglutinador pois tende a incentivar a permanência dos moradores evitando o êxodo para os grandes centros. Esse último é um grave problema de desigualdade e deficiência de infraestrutura e condições básicas que afeta as capitais e regiões metropolitanas não só estrutural, mas imaterialmente, gerando relações sociais fragilizadas, insegurança e o não pertencimento (MOREIRA JUNIOR, 2014).

Quanto ao aspecto de sociabilidade, Caniello (2003) defende a pessoalização existente nas pequenas cidades na qual persiste um conhecimento amplo de todos os moradores e de suas famílias e cria-se um ambiente estruturado essencialmente e de forma intensa a partir de relações interpessoais. Nos grandes centros, por outro lado, cada indivíduo é apenas mais uma pessoa, sem história ou sentimentos. Prado (1995) corrobora com a ideia do autor quando discorre acerca das relações nas pequenas cidades:

“[...]podem-se apontar outros exemplos ilustrativos do quanto e como imperam as relações pessoais nesses lugares [pequenas cidades], sendo predominantes: formas de chamamento vinculando filhos e esposas a pais e maridos; junção dos nomes de proprietários com os de seus estabelecimentos comerciais ou propriedades; locais públicos funcionando como salas de visita; tratamento, nas agências públicas, baseado no reconhecimento quase automático entre clientes e atendentes; dificuldade de aplicação da lei para os conhecidos.” (p. 245)

Ainda no quesito social, as cidades pequenas são marcadas pela sazonalidade, tradição e regularidade de eventos, criando um mecanismo cíclico de acontecimentos que se repete de forma constante. Essa repetição pode ser vista por muitos como uma estagnação, a qual habitantes de grandes centros tendem a rotular como símbolo de atraso e abandono. Por outro lado, nas cidades grandes tudo se desenrola e se transforma constantemente, a interferência de fatores externos traz novas tecnologias e produtos que são incorporados pelos habitantes todos os dias e geram uma impressão de progresso (SILVA, 2007).

Como visto, ambas as cidades grandes e pequenas proporcionam experiências tanto positivas quanto negativas na sua vivência. Comumente, é possível experienciar uma dicotomia em relação a certas esferas desses conjuntos dado que o estudo acerca das cidades não se conforma como uma ciência exata e é constantemente entremeado por questões sociais e principalmente pessoais. Com base nas informações expostas até aqui, são apresentadas duas tabelas síntese a seguir contendo potencialidades e deficiências das cidades grandes e pequenas.

TABELA 5 - POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS DAS CIDADES PEQUENAS

DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Influência de “colonização” por parte das cidades maiores do entorno se transformando em centros de produção industrial e agrícola;	Contato com a natureza e conexão direta com a produção local;
Dependência dos centros maiores em relação a infraestrutura, emprego e serviços;	Menor número de habitantes garante a redistribuição de recursos públicos e o incentivo ao desenvolvimento de áreas antes pouco contempladas pelo poder público;
Ineficiência dos gastos públicos;	Representatividade local estabelecida pela proximidade da população com seus representantes políticos em município;
Gasto alto com legislativo e recursos mais escassos para investimento em áreas de interesse da população;	Gastos com políticas públicas e infraestrutura acontecem com uma população menos aglomerada (como nas favelas), o que garante maior efetividade;
Necessidade de transferência de receitas tributárias dos municípios grandes - redução da capacidade de realização de programas sociais por parte das grandes prefeituras;	Desenvolvimento e sensação de pertencimento incentiva os moradores a permanecerem com suas famílias e evita o êxodo para os centros maiores;
Relações interpessoais muito próximas	Relações interpessoais constantes e sensação de pertencimento;

Fonte: compilado pela autora

TABELA 6 - POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS DAS CIDADES GRANDES

DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Relações sociais fragilizadas, insegurança e sensação de não pertencimento;	Rede consolidada de serviços e infraestrutura;
Distanciamento do poder público e dos moradores complexificando a tomada de decisões;	Rápido desenvolvimento de novas tecnologias e produtos;
Desigualdade e de ficiência de condições básicas a todos devido ao excesso de habitantes;	Existência de estudos especializados e maior facilidade na criação de políticas e gerenciamento da cidade;
Gasto com programas e políticas para resolver problemas sociais advindos do processo migratório;	-
Criação de cidades dormitórios e aumento da estratificação sócio-espacial,	-

Fonte: compilado pela autora

A DEFINIÇÃO DE CIDADE GRANDE E PEQUENA NAS LENTES DA AUTORA

Tendo em vista toda a elucidação acerca das cidades apresentada até então, sentiu-se a necessidade de uma definição, por parte da autora, de um senso comum no que diz respeito às características que distinguem cidades grandes e pequenas, isto é, uma delimitação do conhecimento e das crenças amplamente compartilhados em comunidade originado de experiências pessoais, observações diretas e interações sociais, e adquirido ao longo da vida por meio da aprendizagem informal.

O senso comum, de certa forma, possui limitações significativas pois se trata de definições pautadas em experiências individuais e não em métodos rigorosos de investigação, no entanto, tendo em vista a divergência de opiniões e categorizações por parte dos autores estudados, viu-se nessa definição uma forma de restringir e guiar o processo de investigação deste trabalho.

Assim, para este trabalho, a definição de cidades grandes e pequenas segue um método de interpretação qualitativa e desconsidera informações quantitativas a respeito das cidades. Tem-se como premissa que cada indivíduo vislumbra a cidade de um modo diferente, e essa diversidade de perspectivas que cada indivíduo traz consigo desempenha um papel fundamental na maneira como se percebe e experimenta a cidade. Cada pessoa tem sua própria bagagem de experiências, valores e emoções que moldam sua visão da urbanidade, essa riqueza de pontos de vista contribui para a complexidade e singularidade de uma cidade, tornando-a um verdadeiro reflexo da diversidade humana.

A cidade é como um quebra-cabeça complexo, composto por inúmeras peças, e cada indivíduo é uma dessas peças. As atitudes e ações de seus habitantes, influenciadas por suas percepções, contribuem para a dinâmica do local. Além disso, uma cidade é muito mais do que apenas sua extensão geográfica ou sua população numérica. É um palco onde as histórias de inúmeras pessoas se desenrolam, um cenário onde sonhos são construídos e, por vezes, desmoronam. O que torna uma cidade grande ou pequena é profundamente subjetivo, e essa percepção varia de um indivíduo para outro. Isso nos leva a um princípio fundamental da experiência urbana: a relatividade.

Para alguns, uma cidade grande pode ser uma metrópole movimentada, repleta de oportunidades e agitação. Para outros, pode ser um local onde se sentem perdidos, uma selva de concreto esmagadora. Da mesma forma, uma cidade pequena pode ser vista como um refúgio tranquilo para alguns, onde se aprecia a serenidade e o senso de comunidade e, para outros, pode parecer entediante ou limitante.

A relatividade da experiência urbana remete a constante mudança que caracteriza as cidades. Assim, independentemente da classificação como uma cidade grande ou pequena, o que realmente importa é a conexão que se estabelece entre ela e os indivíduos, como a cidade se adapta às vidas circundantes e como essas vidas contribuem para moldar sua identidade.

PARTE 2: UMA APROXIMAÇÃO COM UMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE BENEDITO NOVO

APRESENTAÇÃO

Optou-se por prosseguir com a pesquisa por meio de uma abordagem prática, na qual os conceitos previamente estudados pudessem ser aplicados e analisados em um contexto tangível. Essa abordagem visa não apenas enriquecer o embasamento teórico, mas também permitir que as memórias e dilemas da autora sejam melhor compreendidos e contextualizados.

A pesquisa até o momento proporcionou uma compreensão dos fundamentos teóricos e das perspectivas existentes sobre o tema em questão. No entanto, com o objetivo de aprofundar a análise e proporcionar uma visão mais abrangente, é imperativo que se explore a dimensão prática, a qual implica na imersão no campo de estudo, interagindo com indivíduos, situações e desafios reais que estão intrinsecamente relacionados à pesquisa e com a possibilidade de identificar conexões e nuances que podem não ter ficado evidentes apenas na análise teórica.

Para atingir esse propósito, foi estabelecida uma abordagem por meio do método de pesquisa quali-quantitativa no município de Benedito Novo, em Santa Catarina. O objetivo central desta aproximação é compreender de maneira aprofundada a vida dos habitantes e desvendar os dilemas e particularidades que permeiam o cotidiano de uma cidade pequena.

A escolha do método quali-quantitativo revelou-se essencial, uma vez que proporciona uma perspectiva abrangente e equilibrada, permitindo a coleta de dados quantitativos sólidos e, ao mesmo tempo, aprofundando-se na análise qualitativa para compreender as nuances e os aspectos subjetivos que caracterizam a experiência dos residentes de Benedito Novo.

Nessa busca pela compreensão, a pesquisa abraçará não apenas as estatísticas e números que delineiam a vida na cidade, mas também a riqueza de histórias individuais e as complexidades que muitas vezes ficam ocultas nas análises puramente quantitativas.

CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DE BENEDITO NOVO

O município de Benedito Novo está situado no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, e compartilha fronteiras com os seguintes municípios: Ascurra, Doutor Pedrinho, Ibirama, José Boiteux, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Rodeado por uma paisagem natural exuberante, esse pequeno município destaca-se por sua beleza rural, proporcionando uma representação pragmática do estilo de vida característico do interior.

Com uma área territorial de aproximadamente 385 km², de acordo com os dados do IBGE de 2010, a cidade se encontra na microrregião de Blumenau. Encontra-se a uma altitude média de 130 metros acima do nível do mar, o município está a uma distância de cerca de 180 km da capital catarinense, Florianópolis. Essa proximidade com a capital, juntamente com sua bela paisagem e qualidade de vida, faz de Benedito Novo um refúgio atraente para aqueles que desejam se afastar do ritmo acelerado da cidade grande.

A relação notável entre a cidade e a natureza em Benedito Novo é evidenciada pela arquitetura enxaimel, um legado da colonização alemã, e pelo Distrito de Santa Maria, com suas características tipicamente italianas, ainda abrigando exemplares bem preservados. A cidade se ajusta ao curso do rio Benedito, afluente do Rio Itajaí, e à topografia do Vale, com baixa densidade e altura das construções, permitindo que praticamente de qualquer ponto da área urbana seja possível apreciar a beleza da natureza circundante.

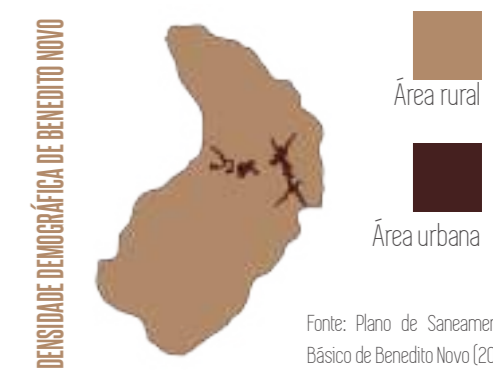
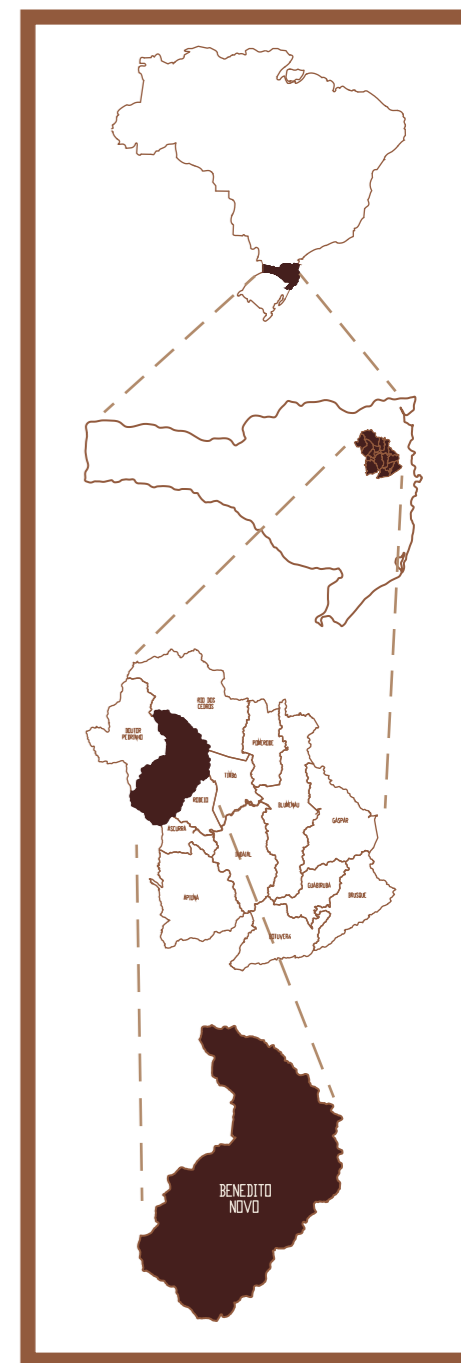
Adicionalmente, o Rio Benedito contribui para a preservação da fauna e flora locais, proporcionando uma riqueza natural que torna a cidade em um ambiente adequado para realizar atividades ao ar livre, como explorar trilhas, praticar pesca e observar aves. Em contrapartida, devido a essa localização e à ocupação do solo, está sujeito a inundações, enxurradas, deslizamentos, vendavais, chuvas de granizo, alagamentos e movimentação de terra.

Devido à sua topografia montanhosa, o município proporciona um cenário desafiador para a prática do ciclismo. Os ciclistas que exploram a região podem desfrutar de vistas panorâmicas das montanhas, rios límpidos, cachoeiras e densas florestas. A topografia variada oferece desafios emocionantes, enquanto o clima ameno torna o cicloturismo uma opção viável durante a maior parte do ano. A cidade também abriga eventos de cicloturismo e grupos locais de ciclistas que organizam passeios e competições. Essas atividades proporcionam oportunidades para desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Os dados fornecidos pelo IBGE em 2018 estimavam que a população residente em Benedito Novo seria de 11.526 habitantes no mesmo ano. Contudo, essa cifra revelou-se notavelmente inferior à taxa média de crescimento esperada. De acordo com o mais recente Censo do IBGE, realizado em 2022, Benedito Novo registrou uma população de 10.520 habitantes, representando aproximadamente 0,14% da população do estado. Esse número indicou um aumento de 1,78% em comparação com os resultados do Censo Demográfico de 2010 e um declínio de 1,09% da taxa de crescimento esperada.

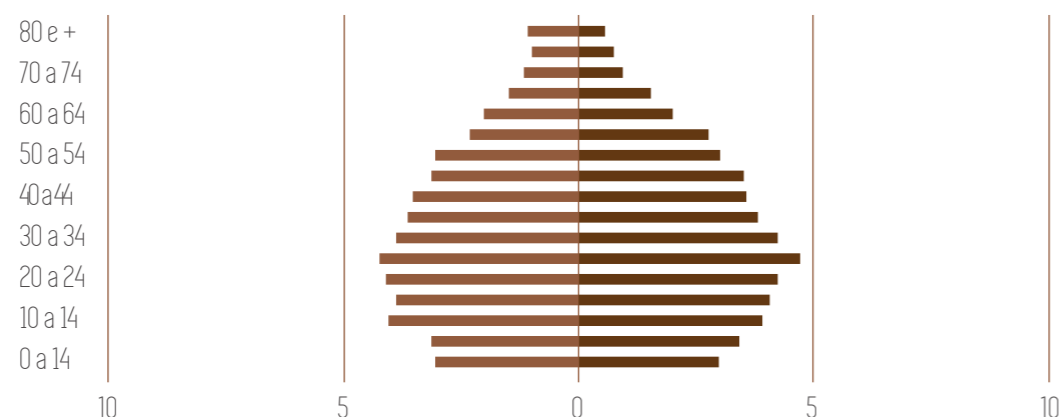
Ainda, segundo dados do mesmo Censo, o território de Benedito Novo possui uma densidade demográfica de 27,09 hab/km², revelando que mais de 75% do território não é urbanizado e constitui-se de áreas rurais, agrícolas ou somente de vegetação divididos em dois núcleos isolados, como ilustrado ao lado.

No que diz respeito à estrutura etária do município, no ano de 2010, os jovens, compreendendo aqueles do nascimento até 19 anos, constituíam 29,1% da população; enquanto os adultos, englobando indivíduos entre 20 e 59 anos, representavam 58,1%; e os idosos, abrangendo aqueles com 60 anos ou mais, 12,8%. Dentre os adultos, percebe-se um predomínio de jovens adultos entre 20 e 34 anos, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Plano de Saneamento Básico de Benedito Novo (2011)

GRÁFICO 1 - PIRÂMIDE ETÁRIA DE BENEDITO NOVO SEGUNDO CENSO DO IBGE (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Além disso, segundo os dados do Censo de 2010, houve um aumento positivo de 1,9% na proporção da população economicamente ativa, passando de 56,0% em 2000 para 58,0% em 2010. Esse dado ilustra um incremento no número de trabalhadores no município, o que, por sua vez, contribui para o crescimento da renda local.

O município conta com 3,2 mil empregos formais, sendo a ocupação predominante a de costureiro de máquina na confecção em série, seguida por alimentador de linha de produção e costureiro na confecção em série. A remuneração média dos trabalhadores com carteira assinada no município é de R\$ 2.600,00, valor inferior à média do estado, que é de R\$ 3.100,00.

A desigualdade de renda entre as diferentes classes econômicas em Benedito Novo é considerada alta e supera a média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) contribuem com 67,7% do total de rendimentos da cidade, enquanto as classes mais abastadas representam apenas 4,8%. É relevante notar que a concentração de renda nas classes de menor renda na cidade é 18,4 pontos percentuais maior que a média estadual, enquanto as faixas de alta renda têm uma participação 9,4 pontos percentuais abaixo da média.

Dentre o conjunto total de trabalhadores, as três principais atividades empregadoras são a fabricação de peças do vestuário (com 413 empregos), administração pública em geral (com 322 empregos) e a fabricação de artefatos de madeira (com 278 empregos). Além disso, as atividades de fabricação de peças do vestuário e fabricação de artefatos de madeira se destacam como setores característicos da cidade.

A composição do PIB de Benedito Novo é a seguinte: 48,7% do valor adicionado provém da indústria, seguido pelas participações dos serviços (30%), da administração pública (16,5%) e da agropecuária (4,9%). Com essa estrutura econômica, o PIB per capita do município passou de R\$ 13,1 mil em 2010 para R\$ 31,4 mil em 2020, um aumento significativo de 238%. No entanto, esse valor ainda é inferior à média do estado (R\$ 48,2 mil), da grande região de Blumenau (R\$ 55,4 mil) e da pequena região de Blumenau (R\$ 47,5 mil).

Quanto à infraestrutura urbana do município, os indicadores de habitação do Atlas Brasil de 2013 mostram que 82% da população urbana possui acesso à água encanada, 100% tem acesso à energia elétrica e 97% dos domicílios são atendidos pelo serviço de coleta de lixo. No entanto, é importante ressaltar que Benedito Novo ainda não dispõe de um sistema de coleta e tratamento de esgotos, a maior parte dos esgotos domésticos no município é direcionada para sistemas individuais, que consistem em fossas sépticas e sumidouros enquanto uma minoria desses esgotos é despejada diretamente nos corpos d'água. Esse cenário pode ser apontado como um dos fatores que contribuem para a atual poluição do Rio Benedito.

Já a gestão da coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU), incluindo os rejeitos gerados e os resíduos orgânicos após a triagem, é de responsabilidade da prefeitura. Esses resíduos são posteriormente transportados até um aterro sanitário localizado no município de Timbó, a cerca de 20 km da sede municipal de Benedito Novo. Esse aterro sanitário é operado pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI).

A demanda por habitações de interesse social em Benedito Novo, cenário caótico em grandes cidades, atualmente, não é muito acentuada. Entretanto, já se observa a presença de algumas moradias irregulares, muitas delas construídas em áreas de risco devido à declividade do terreno ou ocupando as margens de cursos de água.

Quanto às questões de saúde e educação, segundo pesquisas do Jornal digital Nexa, em parceria com o Centro de Estudos da Metrópole (2015), Benedito Novo destina mais de 50% do orçamento municipal nessas áreas, o que demonstra uma preocupação do poder executivo local com o bem-estar de sua comunidade. Por outro lado, chamam a atenção os baixos investimentos em Assistência Social, Lazer e Cultura, essa carência afeta o bem-estar da comunidade, a qualidade de vida e a preservação da identidade cultural da cidade.

TABELA 7 - GASTOS DO DINHEIRO PÚBLICO EM BENEDITO NOVO (2014 E 2015)

ÁREA	% DO GASTO TOTAL	GASTO PER CAPITA	GASTO A MAIS QUE A MÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL
Educação	26,90%	R\$ 537,49	28,40%
Saúde	25,10%	R\$ 501,71	78,07%
Urbanismo	16,40%	R\$ 328,42	95,60%
Administração	10,30%	R\$ 206,20	23,67%
Transporte	5,10%	R\$ 101,56	0,00%
Agricultura	3,30%	R\$ 66,17	91,25%
Encargos especiais	2,90%	R\$ 58,16	42,19%
Assistência social	1,20%	R\$ 23,98	25,75%
Desporto e lazer	1,10%	R\$ 21,44	96,56%
Cultura	0%	R\$ 0	66,57%
Outros	7,70%	---	

Fonte: GUMA (2016)

No âmbito da educação, as escolas estaduais desempenham um papel importante, atendendo alunos do ensino fundamental e médio. As escolas municipais, por sua vez, atendem exclusivamente alunos do ensino fundamental. Essas instituições são distribuídas de acordo com os maiores núcleos urbanos, conformando os três distritos distintos de Benedito Novo. Isso ajuda a garantir o acesso à educação básica para todas as crianças e jovens na região, independentemente de onde residam.

No entanto, é importante destacar que a falta de cursos profissionalizantes é um desafio significativo em Benedito Novo. Embora a cidade ofereça uma sólida educação básica, a ausência de cursos voltados para a formação profissional pode limitar as oportunidades de emprego e crescimento econômico para os jovens. Para abordar essa lacuna, seria importante explorar a possibilidade de parcerias com instituições de ensino técnico e profissionalizante de cidades vizinhas, a fim de proporcionar aos estudantes locais a oportunidade de adquirir habilidades práticas e técnicas que atendam às demandas do mercado de trabalho.

Na área da saúde, a cidade dispõe de quatro postos de saúde e um hospital, que compõem a Rede Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS) local. Essa rede hospitalar é composta por leitos cirúrgicos, leitos obstétricos e leitos de clínica médica, somando um total de 48 leitos. Isso demonstra a preocupação em fornecer uma infraestrutura de saúde que atenda às necessidades dos residentes, garantindo assistência médica e hospitalar essencial.

No entanto, é importante observar que, como uma cidade de menor porte, Benedito Novo pode depender em certa medida das cidades vizinhas para serviços de saúde mais especializados e para a educação de níveis superiores, como o ensino superior. Cidades vizinhas, como Blumenau, geralmente oferecem uma gama mais ampla de serviços de saúde, incluindo hospitais de maior porte, centros médicos especializados e instituições de ensino superior.

Essa interdependência com cidades vizinhas é uma característica comum em muitas comunidades menores, permitindo que os residentes acessem serviços mais amplos e especializados quando necessário, ao mesmo tempo que mantêm sua identidade e serviços locais. Essa colaboração regional é uma forma eficaz de garantir que as necessidades de saúde e educação sejam atendidas de maneira abrangente e eficaz.

No entanto, essa comunicação entre os municípios é frequentemente prejudicada pela ineficiência do sistema de transporte. A ausência de um sistema de transporte coletivo urbano limita a mobilidade dos moradores, tornando o transporte escolar uma das poucas opções para se deslocar dentro da cidade. Além disso, as linhas de transporte interurbano são escassas, o que pode dificultar a conexão de Benedito Novo com outras cidades e regiões. Essa falta de opções de transporte de passageiros não apenas afeta a mobilidade local, mas também impacta o acesso a serviços, empregos e oportunidades educacionais em toda a região, sublinhando a importância de investir em infraestrutura de transporte para melhorar a integração regional.

PERFIL DE UMA PEQUENA CIDADE: OBJETIVO, METODOLOGIA E AMOSTRA DA PESQUISA

O foco da análise urbana reside na avaliação de aspectos qualitativos e quantitativos que permitam discernir, por um lado, as disparidades entre as cidades em um contexto regional e, por outro, as especificidades que distinguem uma cidade de menor porte no cenário de metropolização, trazendo consigo novos agentes de transformação.

Utilizando o município de Benedito Novo como referência empírica, o propósito deste estudo é investigar e identificar as configurações, tanto interurbanas quanto intraurbanas, associadas às dinâmicas socioeconômicas, econômicas e à organização do espaço em cidades de menor porte. Esta primeira aproximação prática do objeto de estudo visa aprofundar a compreensão das transformações em curso nas cidades menores, identificando os fatores que influenciam a evolução demográfica e espacial.

Optou-se por coletar as percepções e experiências dos moradores do município com o objetivo de captar suas visões e identificar qualidades e desafios, a fim de que a pesquisa fosse embasada em vivências reais, refletindo as perspectivas da comunidade e evitar qualquer viés intrínseco às percepções e ideias da autora. Esse método permitiu compilar as percepções dos moradores e identificar os problemas e as características mais proeminentes do município, sob a ótica dos residentes.

A metodologia adotada para a coleta de dados consistiu na aplicação de questionários de forma remota, utilizando a plataforma Google Forms. Esse enfoque foi escolhido devido à necessidade de manter o distanciamento social durante a pandemia, que impossibilitava o contato direto com os entrevistados. Além disso, essa abordagem permitiu que o questionário fosse distribuído de maneira abrangente em diversos bairros de Benedito Novo, garantindo representatividade, considerando a extensa área geográfica do município.

A disseminação do questionário se deu de forma orgânica. Além de torná-lo acessível on-line, o apoio de familiares e amigos dos moradores foi fundamental na divulgação. Esse método de compartilhamento direto entre pessoas conhecidas contribuiu para a confiabilidade e adesão à pesquisa.

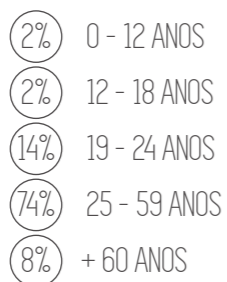
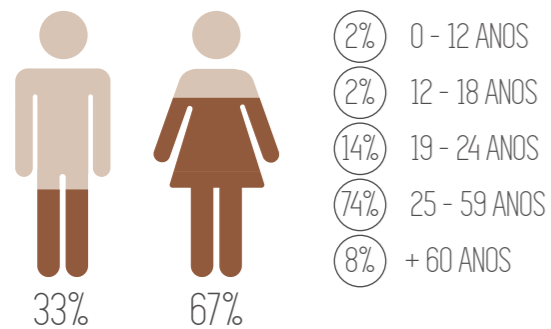
O questionário foi projetado com cuidado para abordar diversos aspectos da vida em Benedito Novo, e abarcou principalmente perguntas socioeconômicas para entender a demografia e as atividades dos moradores. Perguntas de Caixa de Seleção foram utilizadas para explorar as cidades vizinhas frequentadas, permitindo compreender melhor os hábitos de deslocamento dos residentes enquanto perguntas de Resposta Única forneceram informações sobre sexo, idade, bairro de residência e a frequência das visitas às cidades vizinhas.

Além disso, perguntas de Ranking foram incorporadas para avaliar a satisfação dos moradores com a vida em Benedito Novo. Isso possibilitou a quantificação das opiniões dos participantes e a criação de uma classificação das preferências e impressões.

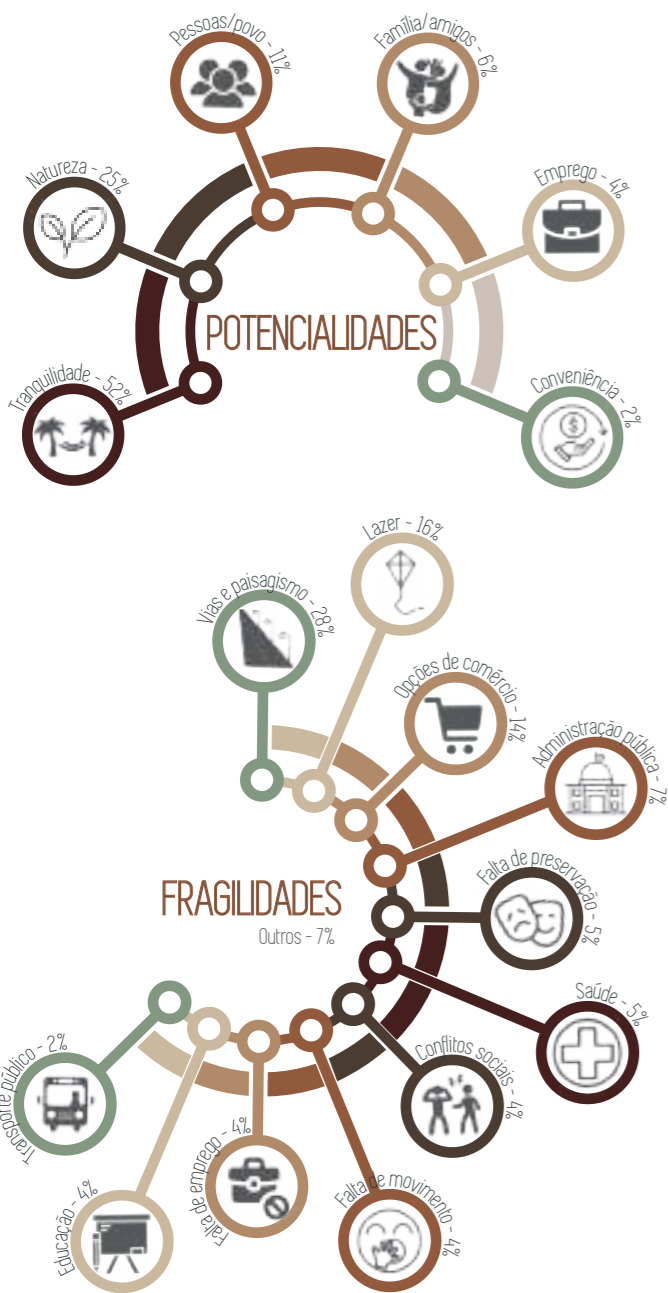
Por fim, perguntas de Resposta Aberta foram incluídas para se obter uma compreensão mais profunda das motivações, desafios e sugestões. As respostas a essas perguntas abertas ofereceram insights valiosos, revelando as profissões dos moradores, seus interesses, o que mais apreciam na cidade, bem como as áreas que consideram que precisam de melhorias. Além disso, se explorou se algum dos participantes já havia considerado a possibilidade de mudar-se e quais seriam os motivos para tal decisão.

Essa abordagem diversificada na elaboração do questionário proporcionou uma base consistente para a pesquisa, permitindo capturar as nuances da vida em Benedito Novo, bem como compreender as perspectivas e necessidades da comunidade. Contudo, algumas fragilidades inerentes ao método aplicado ficam evidentes, o que pode resultar em desafios para assegurar uma amostra equilibrada e que verdadeiramente reflita a heterogeneidade da população em questão.

O método fundamenta-se na rede de contatos pessoais, introduzindo possíveis vieses, uma vez que a amostra pode não ser representativa da diversidade de opiniões na comunidade. Além disso, a opção por realizar a pesquisa online pode gerar seletividade, uma vez que é razoável presumir que o acesso à internet seja universal, excluindo assim uma pequena parte da população. A representatividade dos respondentes por faixa etária e gênero também configura-se como uma fragilidade, pois a maior parte dos participantes é do sexo feminino e concentra-se na faixa produtiva de 25 a 59 anos. Considerando isso, a pesquisa pode não abranger de maneira abrangente a diversidade demográfica da população em questão.



132 RESPOSTAS



A PEQUENA CIDADE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS SEUS MORADORES

Para uma análise mais abrangente e sensível dos dados obtidos com o questionário, desenvolveram-se infográficos que visualmente representam as informações mais relevantes. Isso permite uma compreensão mais profunda das percepções sobre o município de Benedito Novo.

Os resultados da pesquisa foram derivados de 132 respostas, equivalente a pouco mais de 1% da população de Benedito Novo. Dentre esses respondentes, 67% eram do sexo feminino, enquanto os 33% restantes eram do sexo masculino, concentrados majoritariamente entre os 25 e os 59 anos. Essa amostra representativa permitiu uma compreensão abrangente das percepções e experiências relacionadas à interação com os municípios vizinhos, bem como forneceu informações valiosas sobre a demografia da comunidade local.

Uma parte significativa dos entrevistados identificou a tranquilidade como uma das qualidades mais marcantes do município, sendo mencionada por 52%. Uma mulher de 25 a 59 anos compartilhou: "Tranquilidade, segurança. Moro próximo ao mercado, à farmácia, ao posto de saúde e aos meus amigos, posso ir a qualquer destes lugares a pé", destacando a importância da acessibilidade e da sensação de segurança no seu bairro.

A natureza também é valorizada, sendo destacada por 25% dos entrevistados. Além disso, 11% dos entrevistados apontaram a hospitalidade do povo local. Isso se reflete na sensação de acolhimento e pertencimento à comunidade. "Quando era mais nova, queria sair a todo custo, pois gosto de ter uma vida social agitada, mas consegui enxergar a cidade e as coisas que ela proporciona com outros olhos", compartilhou uma mulher de 19 a 24 anos. Ela destacou a evolução de sua perspectiva, evidenciando que a cidade oferece mais do que ela inicialmente percebia.

Por outro lado, as fragilidades foram identificadas, com 28% apontando a situação das vias e a falta de paisagismo, 16% mencionando a escassez de opções de lazer e 14% indicando as limitadas alternativas de comércio, como menciona outra mulher de 19 a 24 anos: "Falta estrutura nas estradas, incentivo a alguns setores que poderiam gerar mais crescimento e incentivo cultural para leitura e educação".

Essas informações são cruciais para entender os motivos que levam os residentes a permanecerem ou considerarem a mudança de Benedito Novo. Entre as razões para permanecer, a importância do convívio com familiares e amigos é destacada por 26% dos entrevistados. A tranquilidade é mencionada por 22%, enquanto a sensação de acolhimento e pertencimento à comunidade é valorizada por 18%.

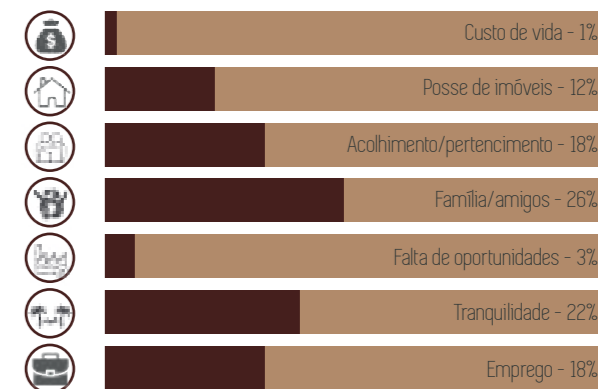
Por outro lado, os motivos para considerar a mudança incluem a distância do local de trabalho (28%), a falta de opções de comércio e lazer (20%) e a falta de infraestrutura no município (14%). Esses fatores desempenham um papel significativo nas decisões dos moradores sobre permanecerem ou procurarem oportunidades em outros lugares.

Apesar das preocupações e fragilidades mencionadas, é interessante notar que a grande maioria dos entrevistados, ou seja, 80%, declararam gostar de morar em Benedito Novo. Além disso, 35% deles afirmaram nunca ter pensado em mudar para outra cidade, demonstrando um forte vínculo com a comunidade e um apreço pelos aspectos positivos que o município oferece. Ademais, foram destacados pontos de melhoria essenciais para o município, com base nas sugestões dos entrevistados. Estes pontos incluem o aprimoramento das vias de acesso e o paisagismo (19%), a implementação de políticas de preservação e valorização da natureza (13%), especialmente considerando que o município faz parte do circuito de cicloturismo do Vale do Itajaí, o aumento da diversidade de comércios e serviços (12%), bem como a ampliação das opções de lazer (10%) e melhorias na área da educação (9%).

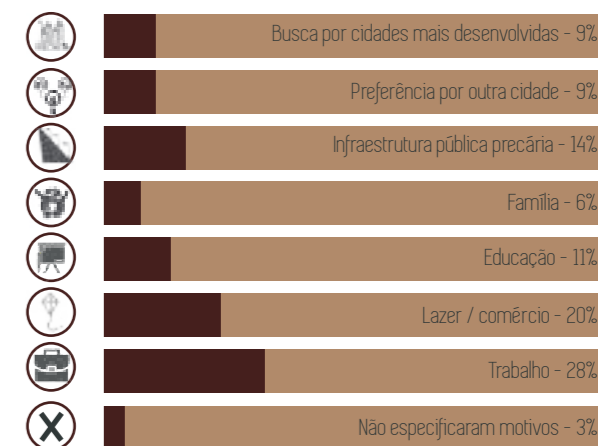
Alguns entrevistados compartilharam suas perspectivas em relação a essas necessidades. Uma mulher entre 19 e 24 anos ressaltou a falta de opções na cidade, afirmando: "Não tem nada aqui além da minha família e de ser uma cidade calma: precisei sair para estudar, trabalhar e me divertir." Uma outra mulher, de 25 a 59 anos, também destacou a precariedade do comércio e lazer, mencionando: "Não gosto da precariedade do comércio e lazer, o que me força a ter que ir para Timbó fazer compras e me divertir."

35%
DAS PESSOAS NUNCA PENSARAM EM SAIR DA CIDADE

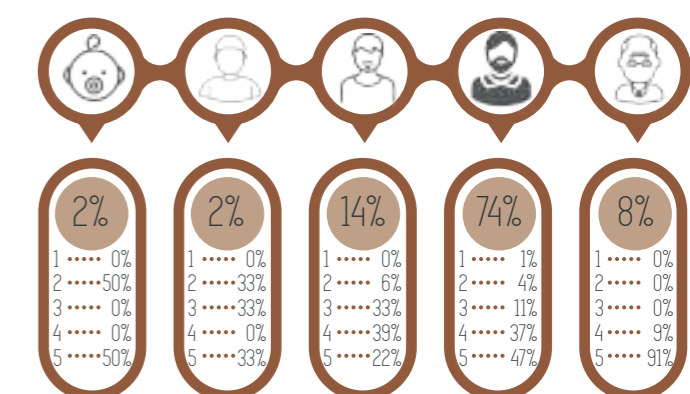
MOTIVOS DE PERMANÊNCIA



MOTIVOS DE MUDANÇA



80% DAS PESSOAS GOSTAM DE MORAR EM BENEDITO NOVO



APREÇO POR MORAR NA CIDADE DE ACORDO COM A IDADE

"Não tem nada aqui além da minha família e de ser uma cidade calma: precisei sair para estudar, trabalhar e me divertir."
Mulher, 19 a 24 anos

"Gosto do verde, que as cidades grandes não tem."
Mulher, 25 a 59 anos

"Falta estrutura nas estradas, incentivo a alguns setores que poderiam gerar mais crescimento e incentivo cultural para leitura e educação"
Mulher, 25 a 59 anos

"Gosto de morar aqui porque é bom. É livre de assaltos. E não é tão longe me deslocar pra outros municípios quando me falta algo"
Mulher, 25 a 59 anos

"Não gosto da precariedade do comércio e lazer, o que me força a ter que ir para Timbó fazer compras e me divertir"
Mulher, 25 a 59 anos

"Não tem trânsito, fácil acesso a Timbó onde trabalho. Cidade tranquila onde tenho minha residência própria. Baixa criminalidade"
Homem, 25 a 59 anos

"Quando era mais nova, queria sair a todo custo pois gosto de ter uma vida social agitada, mas consegui enxergar a cidade e as coisas que ela proporciona com outros olhos."
Mulher, 19 a 24 anos

"Tranquilidade, segurança. Moro próximo ao mercado, à farmácia, ao posto de saúde e aos meus amigos, posso ir a qualquer destes lugares a pé"
Mulher, 25 a 59 anos

MELHORIAS PARA BENEDITO NOVO



Em resposta a esse déficit nas áreas de serviços, comércio, lazer, educação e saúde, os entrevistados foram questionados sobre a frequência com que visitam cidades vizinhas, os meios de transporte utilizados e os motivos para tais deslocamentos. Dos entrevistados, 35% afirmaram ir às cidades vizinhas pelo menos duas vezes por semana, sendo que 9% deles o fazem diariamente. Outros 30% fazem esse deslocamento pelo menos uma vez por semana, enquanto apenas 35% afirmaram se deslocar menos de uma vez por semana. Quanto aos meios de transporte utilizados, 94% dos respondentes afirmaram usar o carro próprio ou moto para se deslocar, enquanto apenas 1% utiliza o transporte público.

Dentre os municípios mais visitados, tem-se Timbó com 136 votos (97,8%), que se destaca como o Centro Subregional a 15km de Benedito, oferecendo uma ampla variedade de comércios, serviços, clínicas médicas e odontológicas especializadas, além de uma pequena variedade de cursos profissionalizantes e educação privada. Blumenau, com 73 votos (52,5%), é a segunda cidade mais visitada, sendo a Capital Regional a 45km de Benedito, oferecendo uma ampla variedade de comércios, serviços, clínicas e hospitais médicos e odontológicos de referência no estado, shoppings centers, teatros e uma ampla variedade de cursos profissionalizantes, educação privada e faculdades. Indaial, com 53 votos (38,1%), se destaca como a terceira cidade mais visitada, é outra Capital Regional a 25km de Benedito, com uma variedade de comércios, serviços, clínicas médicas e odontológicas especializadas, além de cursos profissionalizantes, educação privada e faculdades.

Em resposta a esse déficit nas áreas de serviços, comércio, lazer, educação e saúde, os entrevistados foram questionados sobre a frequência com que visitam cidades vizinhas, os meios de transporte utilizados e os motivos para tais deslocamentos. Dos entrevistados, 35% afirmaram ir às cidades vizinhas pelo menos duas vezes por semana, sendo que 9% deles o fazem diariamente. Outros 30% fazem esse deslocamento pelo menos uma vez por semana, enquanto apenas 35% afirmaram se deslocar menos de uma vez por semana. Quanto aos meios de transporte utilizados, 94% dos respondentes afirmaram usar o carro próprio ou moto para se deslocar, enquanto apenas 1% utiliza o transporte público.

Os principais motivos para visitar Timbó incluem comércio (28%), saúde (26%), lazer (13%), visitas a familiares e amigos (12%) e trabalho (10%). Já em relação a Blumenau, os motivos predominantes são lazer (34%), saúde (26%), comércio (18%), visitas a familiares e amigos (9%) e trabalho (5%).

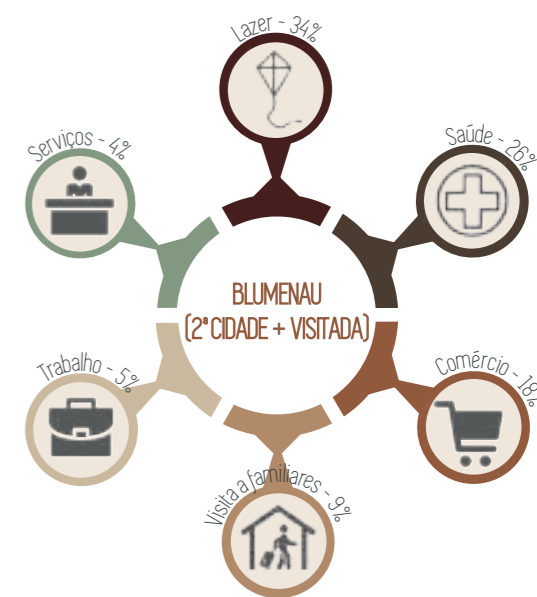
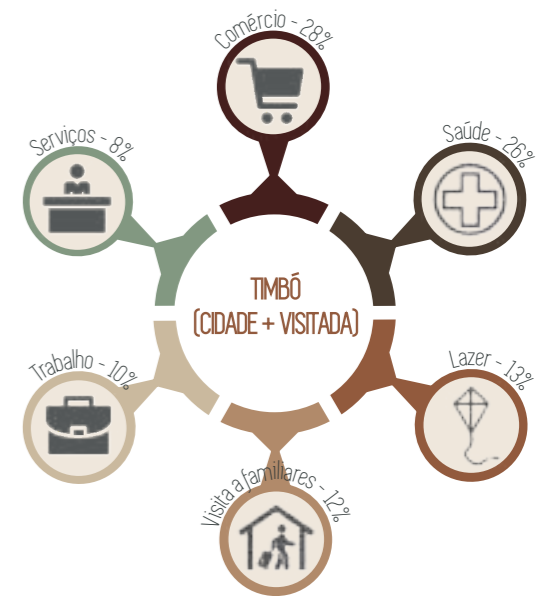


Os dados obtidos a partir deste questionário fornecem insights valiosos e fundamentais para a continuidade da pesquisa. Através desses dados, tornou-se evidente que as percepções e necessidades dos moradores de Benedito Novo variam significativamente. Enquanto para alguns, a escassez de recursos e serviços básicos é uma questão de extrema importância, para outros, a tranquilidade, o contato com a natureza e a proximidade com a comunidade local suprem todas as necessidades básicas. Isso destaca a diversidade de perspectivas e prioridades dentro da população do município, algo que incorre em todas as cidades, sendo grandes ou pequenas.

Uma das descobertas mais significativas foi que pelo menos 35% dos entrevistados nunca consideraram a possibilidade de se mudar de Benedito Novo. Este dado é de extrema importância para a continuidade deste trabalho, pois lança uma nova luz sobre as qualidades e aspectos positivos de viver em uma cidade pequena. Isso sugere que, apesar das deficiências apontadas, uma parte significativa da população tem um forte vínculo com a comunidade e valoriza aspectos únicos que a cidade oferece.

Além disso, é interessante notar que muitos dos problemas mencionados pelos moradores, como a melhoria das vias, o paisagismo, a administração pública e a falta de incentivos e políticas de preservação, estão mais relacionados à atuação da prefeitura do que à disponibilidade de serviços e comércios, destacando a importância da atuação do governo local na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento da cidade. A ida a municípios vizinhos para atender a essas necessidades já se tornou parte da rotina de muitos residentes, o que corrobora para a adaptação das pessoas a uma realidade em que algumas demandas essenciais não são totalmente atendidas localmente.

Em resumo, esses dados são valiosos para orientar futuras pesquisas e esforços de desenvolvimento em Benedito Novo. Eles fornecem uma boa compreensão das necessidades e perspectivas da comunidade, permitindo que as autoridades locais e os planejadores considerem estratégias para abordar as áreas de melhoria identificadas e capitalizar sobre as qualidades únicas que tornam a cidade um lugar especial para tantos de seus residentes.



94%
 SE DESLOCA COM VEÍCULO PARTICULAR

MENTES E RELAÇÕES: A PSICOLOGIA SOCIAL COMO MÉTODO DE PESQUISA

Qualquer ambiente, seja ele construído ou natural, pode ser compreendido inicialmente através do corpo e, posteriormente, ser representado e manipulado com base nos significados que lhe são atribuídos. A ideia de que o ambiente pode ser "apreendido a partir do corpo" ressalta a importância da percepção sensorial como o ponto de partida na experiência do ambiente. Os seres humanos percebem seu entorno por meio dos cinco sentidos e, tendo-os, os indivíduos constroem uma representação inicial do ambiente.

Uma vez que o ambiente é apreendido a partir do corpo, ocorre o processo de representação, elaboração e manipulação do espaço com base nas significações atribuídas a ele. Isso enfatiza a dimensão cognitiva da interação com o ambiente. Cada indivíduo atribui significados pessoais ao ambiente, influenciados por suas experiências passadas, valores, crenças e cultura. Essas significações moldam a forma como o ambiente é representado mentalmente e como as ações são planejadas e executadas em relação a ele. Essa construção de significados é essencial para a compreensão do ambiente, pois influencia a interpretação, a tomada de decisões e o comportamento em relação a esse ambiente.

Essa perspectiva destaca a subjetividade na relação entre as pessoas e o ambiente, uma vez que a mesma localização física pode ser interpretada e experimentada de maneiras diversas por diferentes indivíduos. Além disso, ela ressalta a importância das experiências e dos contextos pessoais na formação das significações atribuídas ao ambiente e ajuda a explicar por que algumas pessoas podem se sentir mais conectadas e engajadas com seus ambientes, enquanto outras podem experimentar o mesmo espaço de forma alienada ou hostil.

A psicologia social é uma das disciplinas que se dedica ao estudo das interações humanas, das influências sociais sobre o comportamento e das percepções e cognições das pessoas em contextos sociais. Ela busca compreender como as pessoas são afetadas pelas presenças e ações dos outros, assim como como elas influenciam o ambiente social em que estão inseridas.

Bomfim (2008) destaca a relevância da pesquisa nas cidades com base na psicologia social e ressalta a necessidade de abordar a organização do território urbano de uma forma não convencional, onde o ser humano seja reconhecido como o ator central na configuração das cidades, levando consigo a intrínca complexidade que é inerente à sua própria natureza.

"Pesquisar as cidades na psicologia social, com ênfase nas perspectivas psicossocial e sociocultural, é discutir formas de organização do território, com vistas à superação das dicotomias próprias das ciências humanas: homem e sociedade, objetividade e

A abordagem transacionalista, isto é, uma perspectiva que enfatiza a importância das interações dinâmicas e bidirecionais entre diferentes elementos ou fatores em um sistema, na psicologia ambiental, como expressa Bomfim (2008), destaca que a interação entre o indivíduo e o ambiente vai além da visão convencional em que "um interfere no outro". Nessa perspectiva, o entorno é reconhecido como uma dimensão complexa da identidade dos indivíduos, na qual diversos fatores psicossociais, sócio-físicos e histórico-culturais interagem de maneira intrínca.

Nesse sentido, a psicologia social está intrínca relacionada à psicologia ambiental, pois ambas as disciplinas exploram como as normas sociais, as expectativas interpessoais e as características do ambiente físico e social afetam as atitudes, comportamentos e percepções das pessoas em relação ao ambiente. Essa interconexão é especialmente relevante no contexto urbano, onde as pessoas interagem constantemente com espaços públicos, vizinhanças e comunidades.

Nos termos da psicologia social, essa conexão se concentra nas influências sociais que moldam as atitudes, comportamentos e percepções das pessoas em relação ao ambiente. Por sua vez, a psicologia ambiental se concentra na interação entre os indivíduos e seu ambiente físico e social. Ela examina como as características do ambiente, como a arquitetura, o design urbano e a disponibilidade de recursos naturais, influenciam o bem-estar, o comportamento e as percepções das pessoas.

Essa visão convida a compreender o ambiente não somente como um cenário neutro onde as pessoas vivem, mas como uma parte integrante da formação da identidade e da experiência das pessoas. O ambiente no qual se vive desempenha um papel significativo na definição de quem somos e na percepção do mundo.

Outro conceito fundamental quando se fala de psicologia social é o da cognição ambiental, essa pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos que uma pessoa constrói em relação ao ambiente e seus elementos constituintes. Ela vai além do simples ato de perceber o ambiente pois engloba a capacidade inerente aos seres humanos de conhecer, armazenar e extrair informações do ambiente físico e social sendo fundamental para a adaptação e sobrevivência.

Construída ao longo da vida de uma pessoa, a cognição ambiental é moldada por experiências, interações e aprendizado contínuo. É um reflexo das relações entre o indivíduo e o ambiente, incorporando não apenas aspectos objetivos, mas também interpretações subjetivas e significados atribuídos aos elementos do ambiente.

Conforme apontado por Bridgeman (1995), a interação entre o sistema sensorio-motor e o sistema cognitivo desempenha um papel fundamental na compreensão da cognição espacial e na nossa relação com o ambiente.

"o sistema sensorio-motor se ocupa com os aspectos quantitativos das informações espaciais, enquanto o sistema cognitivo é responsável pelos aspectos qualitativos dessas informações" (BRIDGEMAN, 1995, p. 106)

A interação harmoniosa entre o sistema sensorio-motor e o sistema cognitivo é crucial para a compreensão e ação no ambiente. Essa colaboração é evidente em atividades como dirigir um carro, onde a percepção das distâncias e velocidades (sistema sensorio-motor) é combinada com a interpretação das regras de trânsito e a tomada de decisões (sistema cognitivo).

Em suma, a psicologia social e ambiental e a cognição ambiental, em conjunto com os sistemas sensorio-motor e cognitivo, se entrelaçam para proporcionar uma visão mais completa das interações entre seres humanos e o meio ambiente, destacando a importância da percepção, cognição e influências sociais na forma como se vivencia e interage com o mundo ao redor.

CARTOGRAFIA SOCIAL: MAPEANDO A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES HUMANAS

A psicologia social se alinha com a necessidade de superar as dicotomias entre homem e sociedade, objetividade e subjetividade, pois ela permite a representação visual e espacial das experiências subjetivas das pessoas em seu ambiente social e geográfico. Ao mapear essas experiências, é possível oferecer uma maneira de integrar o conhecimento subjetivo e objetivo, revelando a complexidade das interações entre as dimensões individuais e coletivas, bem como entre o aspecto emocional e racional das experiências humanas no ambiente urbano.

Os mapas desempenham um papel fundamental na vida do ser humano, pois fornecem representações do espaço circundante. São objetos comuns no cotidiano, frequentemente utilizados para fins de orientação, como guias para navegação em cidades ou referências geográficas. Entretanto, os mapas vão além de simples instrumentos de orientação; também abarcam uma dimensão de representação complexa e intrigante.

Bomfim (2008) destaca a dualidade inerente aos mapas quando destaca que esses buscam traduzir o espaço tridimensional em uma superfície bidimensional, mantendo um equilíbrio delicado entre a fidelidade à realidade e a usabilidade prática. Essa dualidade é especialmente visível na cartografia urbana, onde mapas de cidades desempenham um papel essencial na orientação das pessoas, mas também são obras de representação artística e funcional.

“Os mapas são expressões de representações do espaço. Eles são objetos triviais, que fazem parte do cotidiano e que servem para orientação. Mas há mapas que privilegiam também a orientação. Os mapas refletem, então, uma permanente tensão entre representação e orientação. A cartografia francesa, por exemplo, resolve esta tensão privilegiando a representação. Já outros favorecem a orientação, são os mapas instrumentais”. (BOMFIM, 2008, p. 257)

A importância da dualidade entre representação e orientação nos mapas é evidente no mundo atual, onde mapas digitais, GPS e aplicativos de navegação se tornaram essenciais para a mobilidade e localização. Portanto, ao considerar um mapa, é crucial reconhecer não apenas sua função prática de orientação, mas também sua complexa dimensão de representação que captura a beleza e a complexidade do mundo.

O uso de mapas como ferramenta de representação geográfica é uma prática amplamente difundida e variada. Boaventura de Sousa Santos (1988) examina essa diversidade e classifica os mapas em duas categorias distintas: figurativos, também conhecidos como icônicos, e mapas mais abstratos. Essa distinção baseia-se na maneira como os mapas se relacionam com a expressão e a cognição.

Os mapas figurativos, ou icônicos, priorizam uma representação que se assemelha visualmente à realidade geográfica que descrevem. Eles empregam sinais referenciais, buscando criar uma representação fiel do espaço geográfico, frequentemente mantendo uma relação direta entre o símbolo no mapa e o elemento real correspondente na geografia. Em outras palavras, eles se esforçam para ser uma imagem espelhada do mundo real.

Por outro lado, os mapas mais abstratos exploram uma dimensão emocional e expressiva da representação geográfica. Eles são interpretativos, muitas vezes incorporando elementos subjetivos na representação e utilizam sinais emotivos, que podem não ter uma correspondência direta com os elementos geográficos. Além disso, esses mapas visam transmitir uma sensação, um estado de espírito ou uma narrativa, indo além da simples representação cognitiva.

Com ênfase nesses sentimentos, a categoria de mapas abstratos desperta um interesse singular, especialmente por suas características imagéticas distintas. A singularidade desses mapas reside na capacidade de evocar e transmitir emoções e significados visuais, transformando-se não apenas em documentos a serem lidos, mas, sobretudo, vistos e transformados em ferramentas para o desenvolvimento de estratégias de intervenção urbana que transcendem a simples interpretação cartográfica.

Uma vertente dos mapas abstratos são os mapas afetivos que, como delineados por Bomfim (2003), representam uma abordagem única na cartografia, pois assim como em todo mapa abstrato, transcende os objetivos tradicionais de orientação espacial e localização geográfica. Seu propósito principal é orientar as estratégias de ação e avaliação nos domínios da apropriação, apego e identidade social urbana.

Esses mapas servem como guias das relações emocionais das pessoas com o ambiente que as cerca. Eles exploram a noção de pertencimento, analisam o conceito de apego e investigam a identidade social urbana, que compreende um conjunto de valores, representações e atitudes que integram a identidade do indivíduo em relação a um lugar.

Os mapas afetivos buscam a síntese em vez da análise detalhada e a qualidade em detrimento da quantidade, mesmo que incorporem métodos analíticos e quantitativos. O foco principal é a interrelação e conexão sintética das múltiplas dimensões que contribuem para a representação emocional e afetiva do espaço. Eles são, portanto, instrumentos reveladores da afetividade e estima que as pessoas têm em relação à cidade. Não apenas representam espaços físicos, mas também capturam as nuances da experiência humana no ambiente urbano e fornecem uma plataforma para explorar e compreender as complexas relações entre as emoções e o espaço urbano.

Uma das formas de criar mapas afetivos é através da cartografia social, vista como uma abordagem interdisciplinar que combina técnicas cartográficas com conceitos e métodos das ciências sociais para mapear e representar as dinâmicas sociais e espaciais de comunidades. Seu objetivo é fornecer uma visão holística e contextualizada das realidades sociais e territoriais, destacando as vozes, experiências e percepções das pessoas envolvidas no processo.

Como observado por Gorayeb, Meireles e Silva (2015), a Cartografia Social valoriza o conhecimento tradicional, popular, simbólico e cultural por meio de ações de mapeamento de territórios tradicionais, étnicos e coletivos (Neto, da Silva, da Costa, 2016). No território da cartografia social, o foco está nas variáveis e características significativas para cada comunidade. Essas variáveis vão além de coordenadas geográficas e fronteiras, incluindo elementos culturais, sociais e simbólicos que definem a identidade da comunidade que participa no processo. A cartografia social busca promover o autorreconhecimento e a autorrepresentação das comunidades, permitindo que elas expressem suas vozes, experiências e percepções.

O método utilizado na cartografia social difere da abordagem tradicional. É um procedimento qualitativo, no qual os próprios membros da comunidade desempenham um papel central na produção do conhecimento. Eles se tornam os mapeadores principais, em oposição à cartografia tradicional, que utiliza instrumentos rígidos e frequentemente se baseia em estatísticas para reconhecer determinadas informações.

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA ANÁLISE DAS PEQUENAS E GRANDES CIDADES

O presente estudo visa fundamentar na psicologia a busca por teorias e métodos que tragam alternativas ao conhecimento do ambiente urbano, sobretudo no que diz respeito à compreensão das cidades grandes e pequenas. Independentemente do tamanho de uma cidade, a conexão estabelecida entre ela e seus habitantes é o aspecto mais essencial. A psicologia social desempenha um papel crucial na análise dessas conexões, permitindo uma compreensão mais profunda das complexas relações entre as pessoas e suas cidades. Ela explora como o afeto indica a estima das cidades e como os sentimentos dos habitantes desempenham um papel fundamental na formação da identidade urbana.

Investigar os sentimentos e emoções dos habitantes das cidades é uma tarefa complexa, uma vez que esses aspectos não são facilmente identificados e nomeados, muitas vezes sendo intangíveis em sua expressão externa. O desafio metodológico é explorar essas experiências sem reduzi-las a processos puramente racionais.

Nesse contexto, as perguntas subjetivas e os mapas abstratos oferecem uma perspectiva inovadora para representar as cidades, indo além do planejamento puramente racional. Os mapas afetivos da cidade representam um processo de (re)produção do ambiente urbano. Eles emergem do esforço de capturar a experiência subjetiva do ser humano em relação ao espaço urbano. Esses mapas revelam as conexões emocionais entre os habitantes e suas cidades, demonstrando como as cidades se adaptam às vidas que as cercam e como essas vidas contribuem para moldar a identidade urbana.

Assim, a busca por alternativas na compreensão do ambiente urbano, especialmente no que diz respeito aos sentimentos e emoções dos habitantes, é fundamental para um estudo mais completo das complexas dinâmicas entre as pessoas e suas cidades, independente de suas características demográficas, sociais e físicas. Ferramentas como os mapas abstratos e mapas afetivos enriquecem a compreensão do espaço urbano, enquanto a psicologia social possibilita uma análise aprofundada das complexas relações emocionais que moldam a identidade da cidade e influenciam a experiência dos habitantes urbanos.

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA: METODOLOGIA, OBJETIVO, UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O objetivo desta segunda aproximação visa aprofundar o entendimento das dinâmicas que ocorrem nas cidades, sejam elas grandes ou pequenas, através da perspectiva de indivíduos que experimentaram ambas realidades e fizeram escolhas significativas em suas vidas. Pretende-se desvendar as complexidades por trás da vida urbana, desafiando a visão romantizada que frequentemente é associada tanto às cidades grandes, com sua abundância de oportunidades, quanto às cidades pequenas, com seu ritmo mais tranquilo e pacato.

Os objetivos específicos envolvem diversos aspectos deste estudo. Em primeiro lugar, busca-se captar as nuances e detalhes da vida em ambas as cidades, a fim de desmistificar qualquer romantismo superficial que possa envolvê-las. Em seguida, tem-se o objetivo de identificar como o ponto de vista de cada indivíduo sobre suas cidades natais mudou quando eles tiveram a experiência de viver em outra realidade. Isso permitirá compreender as percepções e transformações pessoais que ocorreram.

Além disso, pretende-se listar as qualidades e defeitos que cada entrevistado atribui às cidades grandes e pequenas, de acordo com suas experiências pessoais. Isso ajudará a obter uma visão abrangente das diferentes perspectivas em relação a esses ambientes urbanos. Por fim, busca-se entender os motivos que levaram essas pessoas a fazer a transição de uma cidade para outra, explorando as motivações por trás de suas escolhas.

Para atingir esses objetivos, optou-se pelo método de entrevista qualitativa com perguntas semi-estruturadas. Essa abordagem permite obter informações detalhadas sobre as motivações e o raciocínio por trás das experiências de vida dos entrevistados. Através dessa metodologia, pretende-se desenvolver um entendimento mais profundo das perspectivas individuais, reunindo dados essenciais para compreender as relações entre os atores sociais e o fenômeno das cidades. Dessa forma, capturam-se as sensações e pensamentos que envolvem o ato de viver em cidades grandes e pequenas.

Cuidadosamente, foram selecionados os entrevistados, escolhendo-se indivíduos que têm alguma relação afetiva com a autora ou seus amigos e que vivenciaram intensamente ambas as realidades urbanas. Priorizou-se aqueles tiveram uma grande mudança no seu contexto urbano ao longo da história, como os que nasceram em uma cidade pequena e se mudaram para uma cidade grande, assim como aqueles que seguiram o caminho oposto. Essa diversidade de experiências permite compreender ambos os tipos de cidade de forma mais aprofundada.

As entrevistas foram realizadas online devido à distância geográfica entre a autora e a maioria dos participantes e gravadas com o consentimento destes, permitindo uma análise detalhada posterior. Através desse estudo, espera-se lançar luz sobre as complexidades da vida urbana e as diferentes perspectivas que moldam a compreensão das cidades grandes e pequenas.

PARTE 4: SEGUNDA APROXIMAÇÃO: AS PEQUENAS E GRANDES CIDADES DO BRASIL

Nessa pesquisa, foram abordadas características sócio-demográficas como parte fundamental do instrumento de pesquisa. Isso serviu para conhecer melhor os entrevistados e criar um ambiente seguro para a expressão de suas experiências. As variáveis sócio-demográficas incluíram questões sobre sexo, idade, origem, cidade e estado de residência habitual, tempo de residência na cidade atual, escolaridade e profissão.

Além disso, explorou-se o histórico de mudanças de cada entrevistado, indagando sobre as cidades em que viveram, os motivos que os levaram a se mudar e as sensações que recordam daqueles momentos de transição. Procurou-se entender as percepções iniciais que tinham de suas cidades natais, bem como as fantasias e expectativas relacionadas à cidade para a qual estavam se mudando, investigando se essas percepções se alteraram após a mudança e se suas expectativas se concretizaram. Foram explorados ainda os motivos por trás das mudanças, como foi a decisão de para onde se mudar e quais fatores pesaram mais na escolha.

Utilizaram-se perguntas com palavras-síntese para obter respostas mais saturadas e claras, permitindo que os entrevistados expressassem com precisão seus sentimentos em relação aos principais defeitos e qualidades de cada uma das cidades por onde passaram.

Ademais, solicitou-se que os entrevistados descrevessem os locais mais frequentados em cada cidade e os caminhos mais percorridos em sua cidade atual. Esse tipo de questionamento possibilitou visualizar a trajetória dos habitantes em termos de suas atividades cotidianas, incluindo nomes de lugares, origens e destinos, e elementos característicos que chamaram sua atenção durante os trajetos. Pediu-se ainda que descrevessem o que faziam nesses caminhos.

Por fim, questionou-se até que ponto as mudanças de cidade alteraram seus valores, percepções e interesses. Almejava-se que os entrevistados expressassem e descrevessem seus sentimentos em relação à sua trajetória pessoal e como tanto a cidade grande quanto a cidade pequena desempenharam um papel significativo em sua formação como indivíduos.

Mediante a análise minuciosa das entrevistas conduzidas, foi possível criar cartografias afetivas para cada entrevistado, as quais se destacaram como poderosos recursos visuais que evidenciaram os sentimentos manifestados nas narrativas orais dos participantes da pesquisa. Esses desenhos não apenas sintetizaram, mas também deram forma e expressão aos sentimentos registrados.

Além disso, por meio dos relatos, foi elaborado um mapa de memórias, sensações e vivências, organizado em 11 temas principais, que serão detalhados posteriormente, enriquecendo ainda mais a compreensão das experiências dos entrevistados.

EXPLORANDO CAMINHOS PESSOAIS: A TRAJETÓRIA DE CADA INDIVÍDUO

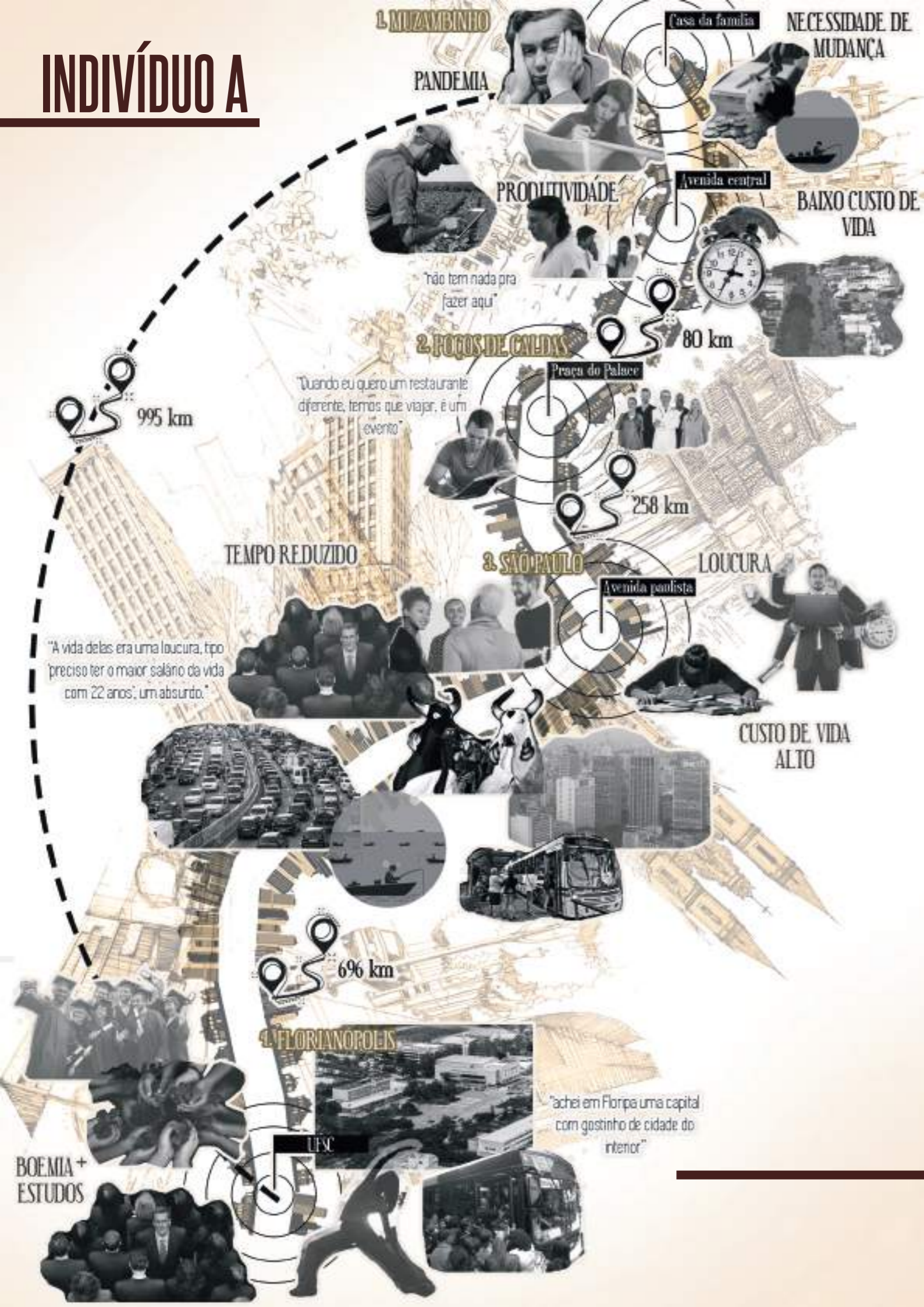
A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, entrevistando uma amostra de oito indivíduos caracterizados por disparidades em suas histórias e modos de vida. Cada participante revelou trajetórias migratórias e perfis demográficos distintos, tais como idade, gênero, raça e ocupação, proporcionando um retrato da diversidade intrínseca ao grupo de estudo. O infográfico a seguir destaca de maneira concisa e visual o processo migratório de cada entrevistado, oferecendo uma representação gráfica que captura as nuances de suas jornadas.

O estudo vai além da catalogação de trajetórias, buscando contextualizar as narrativas individuais com o auxílio da cartografia. Essa abordagem visual e gráfica permite destacar dimensões culturais, físicas e históricas de cada cidade através das lentes dos entrevistados, proporcionando uma compreensão mais profunda e holística das experiências dos indivíduos e da riqueza urbana.

A seguir, cada entrevistado será apresentado individualmente, acompanhado da sua correspondente cartografia. Ao apresentar cada entrevistado em conjunto com sua cartografia, pretende-se proporcionar uma compreensão mais completa e contextualizada, revelando a interconexão entre as narrativas individuais e os elementos que compõem a complexidade do cenário urbano em que estão inseridos.



INDIVÍDUO A



A entrevistada, identificada como Indivíduo A, é uma mulher de 25 anos, de ascendência italiana e pele branca, formada em arquitetura. Natural de Muzambinho, um município no sul de Minas Gerais com uma população de 21.891 habitantes, tomou a decisão de deixar sua cidade natal aos 16 anos. Embora gostasse de morar lá, percebeu a falta de oportunidades e mudou-se para Poços de Caldas/MG (com uma população de 163.742 habitantes) com o objetivo de estudar para o vestibular. Não obtendo sucesso aos 17 anos, transferiu-se para São Paulo/SP, uma metrópole com 11,45 milhões de habitantes, onde seu pai possuía um consultório. A adaptação foi desafiadora devido ao intenso trânsito, transporte público abundante e a atmosfera mais individualista da cidade. Aos 19 anos, mudou-se para Florianópolis (população de 537.211 habitantes) para cursar Arquitetura e Urbanismo, considerando esta decisão como a melhor escolha, pois encontrou na cidade catarinense "uma capital com gostinho de cidade do interior".

Devido à pandemia, aos 24 anos, retornou temporariamente a Muzambinho, onde experimentou um certo tédio com a vida em uma cidade pequena. Atualmente, reside em Muzambinho por razões pessoais, mas expressa a preferência por Florianópolis, considerando-a um ponto intermediário que encapsula as diversas experiências vivenciadas ao longo de sua jornada.



IDADE: 25 anos

OCUPAÇÃO: Arquiteta

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Muzambinho/MG (20.522 hab.)



Poços de Caldas/MG (169.838 hab.)



São Paulo/SP (12,33 mi hab.)



Florianópolis/SC (516.524 hab.)



Muzambinho/MG (20.522 hab.)

Para o indivíduo A, Muzambinho é representada pela movimentada Avenida Principal, onde passou a infância. Essa avenida serve como ponto de encontro e conecta diversas ruas da cidade, abrigando uma variedade de elementos centrais, como igreja, restaurantes, comércios e escolas. É caracterizada por edifícios de estatura mais modesta, áreas arborizadas, uma praça central e ruas pavimentadas com paralelepípedos.

Poços de Caldas destaca-se pela Praça do Palace, abundantemente arborizada, onde tudo acontece, desde animados bares até comércios e lojas típicas.

São Paulo é resumida pela grandiosa Avenida Paulista, onde se concentram cursos, caminhos movimentados, livrarias, comércios, eventos culturais e cafés. Apesar de não ser arborizada, é o epicentro de atividades na cidade, sendo o ponto mais elevado e conecta diversos locais importantes.

Florianópolis é caracterizada pela presença da Universidade Federal, onde cada centro tem seu próprio espaço, apresentando escala reduzida, contato com a natureza e uma atmosfera mais íntima. Apesar do tamanho da faculdade, a escala é pequena, proporcionando um alívio no meio do caos de Florianópolis, quase como uma mini cidade em si.

B



IDADE: 26 anos

OCUPAÇÃO: Jornalista

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Muzambinho/MG (20.522 hab.)



São Paulo/SP (12,33 mi hab.)



Muzambinho/MG (20.522 hab.)

O Indivíduo B é uma mulher de 26 anos, de ascendência italiana, pele branca e profissão de jornalista. Natural de Muzambinho, no sul de Minas Gerais, município com uma população de 21.891 habitantes, ela viveu lá até os 20 anos. Nesse período, ao optar por seguir a carreira jornalística, concluiu que precisaria se mudar para São Paulo ou Rio de Janeiro. Na infância, não sentia a necessidade de mudança, pois mesmo com a ausência de cinema e uma cultura considerada modesta, esses fatores não eram preponderantes. Curiosamente, afirmava que jamais residiria em uma cidade como São Paulo.

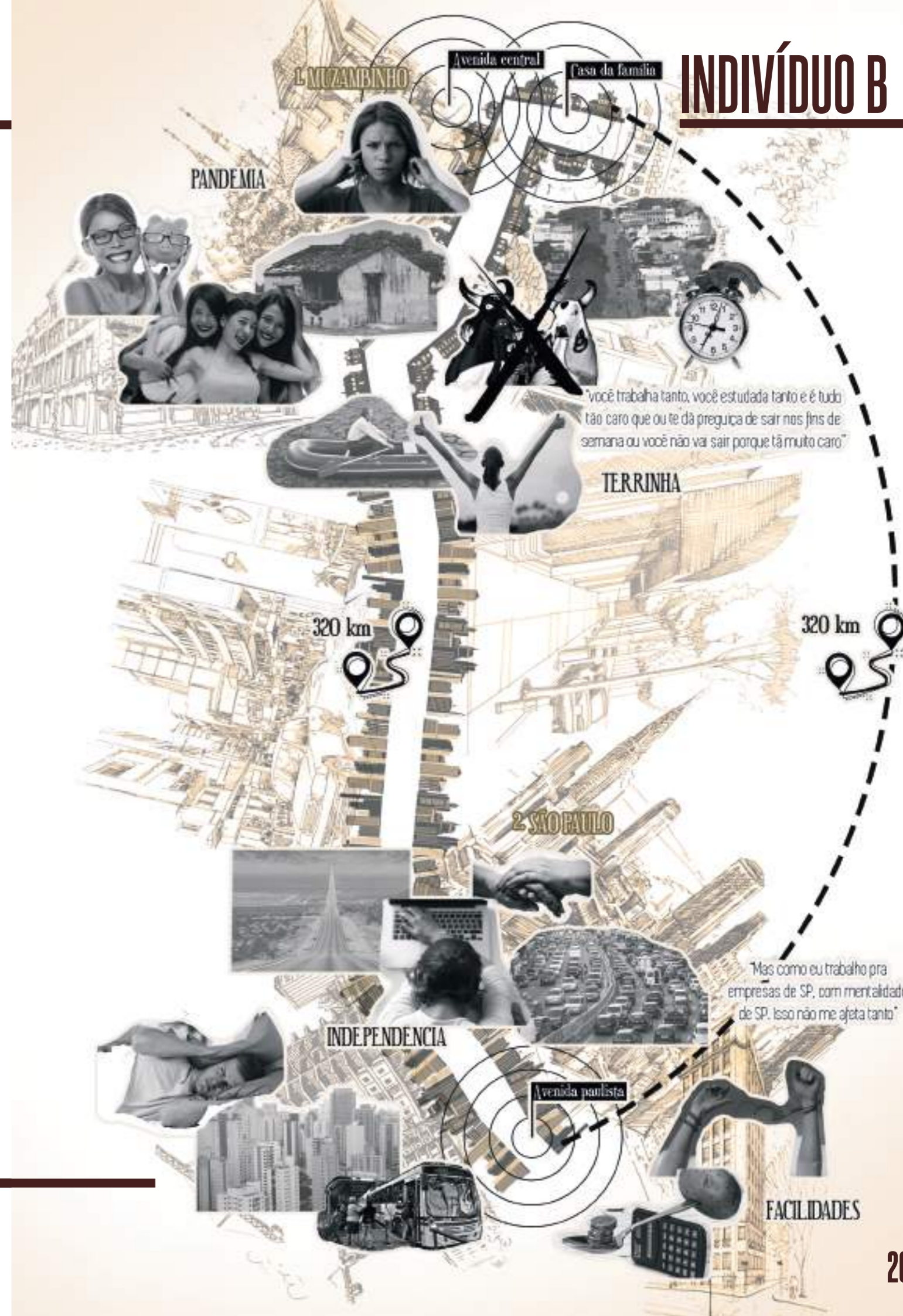
Ao buscar experiências diferentes, dirigia-se a Guaxupé/MG (com uma população de 50.911 habitantes), localizada a 15 minutos de Muzambinho, onde encontrava opções de entretenimento noturno, como cinemas e bares. A proximidade de Guaxupé amenizava a falta dessas opções em Muzambinho.

A decisão de estudar em São Paulo/SP, uma metrópole com 11,45 milhões de habitantes, representou um choque para ela, acostumada com a agilidade de uma cidade pequena. Após concluir a faculdade, retornou a Muzambinho, expressando uma relação de gratidão com a cidade natal. Destacou a qualidade de vida proporcionada por Muzambinho, ressaltando a capacidade de equilibrar sua vida entre a tranquilidade do ambiente rural, onde cresceu, e a dinâmica de São Paulo. Em suas palavras, "Eu nasci no meio do mato, pé na terra e no meio das nascentes. Isso pegava muito pra mim de querer equilibrar as duas coisas e isso funcionou fazendo a mudança. Tenho uma relação de gratidão com Muzambinho. Perceber a qualidade de vida que Muzambinho me dá e que se eu estou cansada daqui eu passo um fim de semana em São Paulo e volto".

Para o indivíduo B, Muzambinho se revela através da familiar Avenida Principal, destacando a presença da igreja ao fundo. Este local representa uma parte significativa de sua vida, pois foi onde passou grande parte da infância, brincando intensamente e frequentando barzinhos na fase adulta. Estabeleceu relações de amizade duradouras, chegando a conhecer os proprietários das lojas locais. Para esse indivíduo, a Avenida Principal é uma extensão de sua casa, proporcionando uma sensação reconfortante. A região é marcada por uma abundância de vegetação e flores, criando um ambiente naturalmente acolhedor.

Em contraste, São Paulo é caracterizada pela movimentada Avenida Paulista na perspectiva do indivíduo B. Nesse ambiente, ela experimentou a vida universitária, realizou estágios e trabalho dentro da faculdade. A paisagem é dominada por tons cinzentos, caracterizada por um ruído constante, presença de vendedores ambulantes, congestionamentos de trânsito e uma proliferação de edifícios.

INDIVÍDUO B



INDIVÍDUO C

1. BENEDITO NOVO

"Raramente acontece algo interessante na cidade, além de um ou outro campeonato de futebol, o que deixa bem precária a questão de lazer da cidade"

"As pessoas tendem a falar muito da vida um dos outros, acho que elas buscam assunto pra conversar mesmo, as vezes não é nem por mal, é cultura, são pessoas mais antigas, mais fechadas, que tendem a ter uma resistência, até às vezes um preconceito sobre essas pessoas"

Natureza

FALTA DE MOBILIDADE

"Como agora posso ir e voltar a hora que eu quiser, fica mais comodo enfrentar o trânsito uma vez por semana para ir pra outra cidade do que enfrentar a raiva no trânsito todo dia."

44 km

44 km

2. BLUMENAU

FURB

O entrevistado C é um homem de 24 anos, de ascendência alemã e formação em engenharia química. Natural de Benedito Novo/SC (10.520 habitantes), inicialmente, tinha uma visão negativa da cidade natal e, aos 18 anos, após a formatura no ensino médio, ingressou na universidade em Blumenau/SC (361.261 habitantes). Recebeu uma proposta de bolsa de pesquisa na própria universidade, o que o levou a abraçar a oportunidade e mudar-se para lá, vivendo com seus tios para viabilizar o processo.

Blumenau, embora oferecesse facilidades de uma cidade maior, como transporte público eficiente e acesso fácil a serviços essenciais, apresentou um desafio significativo: o trânsito, que se tornou uma fonte diária de estresse. Aos 22 anos, retornou a Benedito Novo, reconhecendo aspectos positivos como a conexão com familiares, amigos e a natureza, mas também notando que os desafios anteriores persistiam ou até se agravavam.

Ele destaca a validade da experiência de sair, vivenciar o mundo exterior e ganhar uma nova perspectiva da realidade. Essa vivência permitiu que começasse a valorizar aspectos menores e mais simples da vida, e mesmo morando em uma cidade pequena reconhece a disponibilidade de se deslocar facilmente para outros municípios na sua cidade atual.



IDADE: 24 anos

OCUPAÇÃO: Eng^o Químico

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Benedito Novo/SC (11.896 hab.)



Blumenau/SC (366.418 hab.)



Benedito Novo/SC (11.896 hab.)

O indivíduo C encapsula a essência de Benedito Novo nas suas belezas naturais, cachoeiras, grutas e trilhas. Também destaca o ecoturismo, as pousadas, experiências gastronômicas e o cheiro de cucas, pães e bolos.

Por outro lado, Blumenau é caracterizada pelos laboratórios e pelas interações com colegas da faculdade. Essas lembranças são marcadas por amizades, aprendizados e até mesmo pelo inconfundível cheiro de solvente nos laboratórios. Além disso, a cidade evoca recordações de passeios no shopping, experiências gastronômicas, partidas de boliche e o simples prazer de percorrer lojas e admirar coisas caras e, muitas vezes, desnecessárias.

D



IDADE: 29 anos

OCUPAÇÃO: Missionária

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Benedito Novo/SC (11.896 hab.)



São Bento do Sul/SC (86.317 hab.)



Benedito Novo/SC (11.896 hab.)



Maringá/PR (436.472 hab.)

A entrevistada, identificada como Indivíduo D, é uma mulher de 29 anos, de ascendência italiana e dedicada à missão evangélica. Originária de Benedito Novo/SC, com uma população de 10.520 habitantes, deixou sua cidade natal aos 17 anos para estudar em São Bento do Sul (83.277 habitantes). Sua percepção de possibilidades expandidas em termos de cultura e mentalidade surgiu quando seu irmão partiu para estudar, representando um impacto significativo. Ao mudar-se para São Bento do Sul, enfrentou desafios com a ampliação do ambiente urbano.

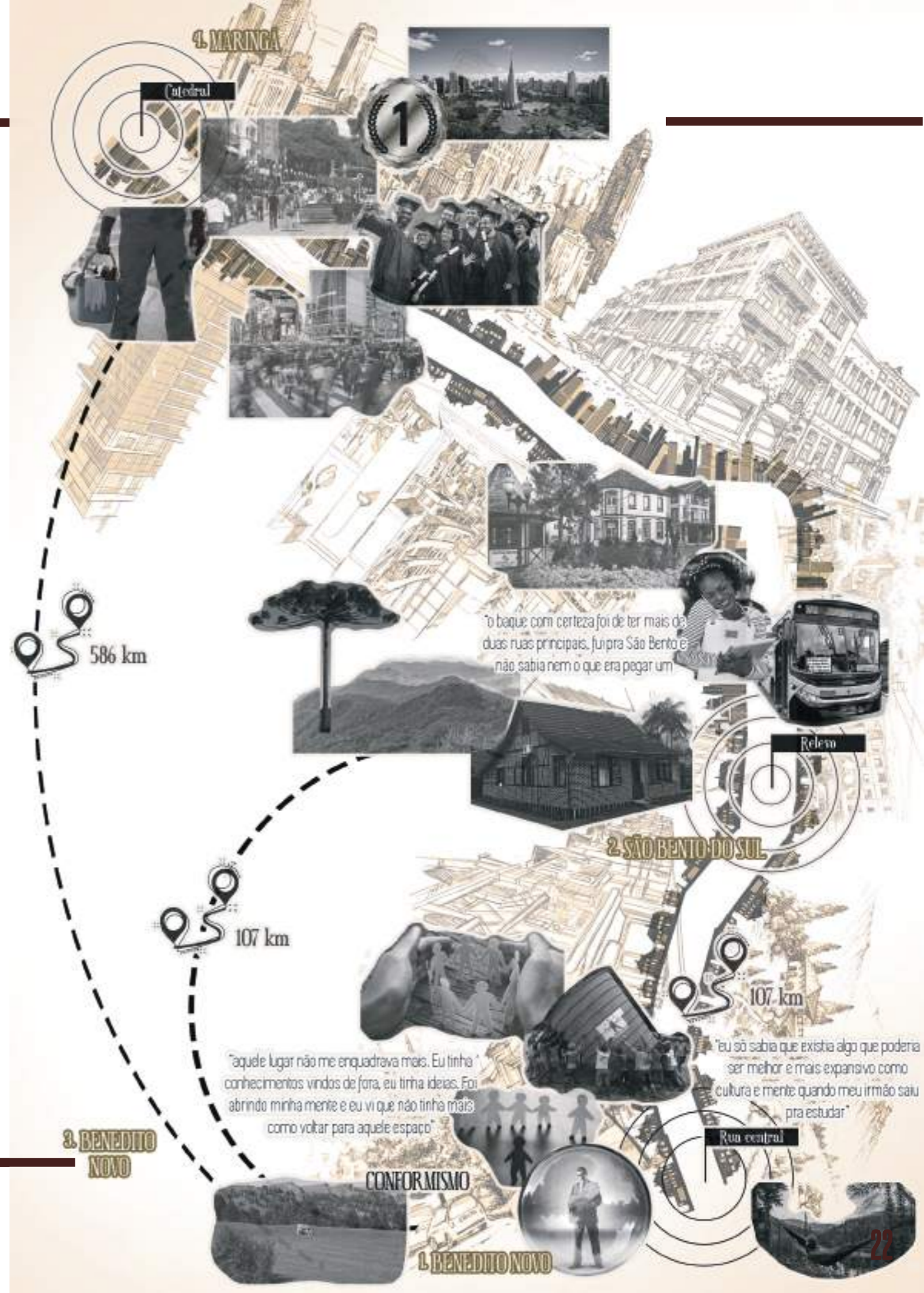
Retornou a Benedito Novo aos 18 anos, mas sua trajetória seguiu um curso internacional ao viajar e morar em diversos países da América do Norte e Central. Aos 25 anos, devido a suas atividades missionárias, estabeleceu residência em Maringá/PR (409.657 habitantes), onde passava 3 meses, intercalados por 2 meses em outros estados (Rondônia, Amapá, Pará, São Paulo, Minas Gerais). A escolha por Maringá foi fundamentada na constatação de que a pequena cidade de Benedito Novo não mais atendia às suas necessidades e expectativas. Sua mente foi aberta para novas perspectivas, tornando evidente que não havia retorno ao espaço anterior, pois não atendia às suas demandas.

A decisão de residir em Maringá foi também influenciada pela relativa proximidade com a família e pelo custo de vida acessível. Reconhecida como uma das melhores cidades do Brasil para se viver, Maringá se tornou uma escolha estratégica. Atualmente, não planeja retornar a Benedito Novo, evidenciando a evolução de suas preferências e necessidades ao longo de sua jornada.

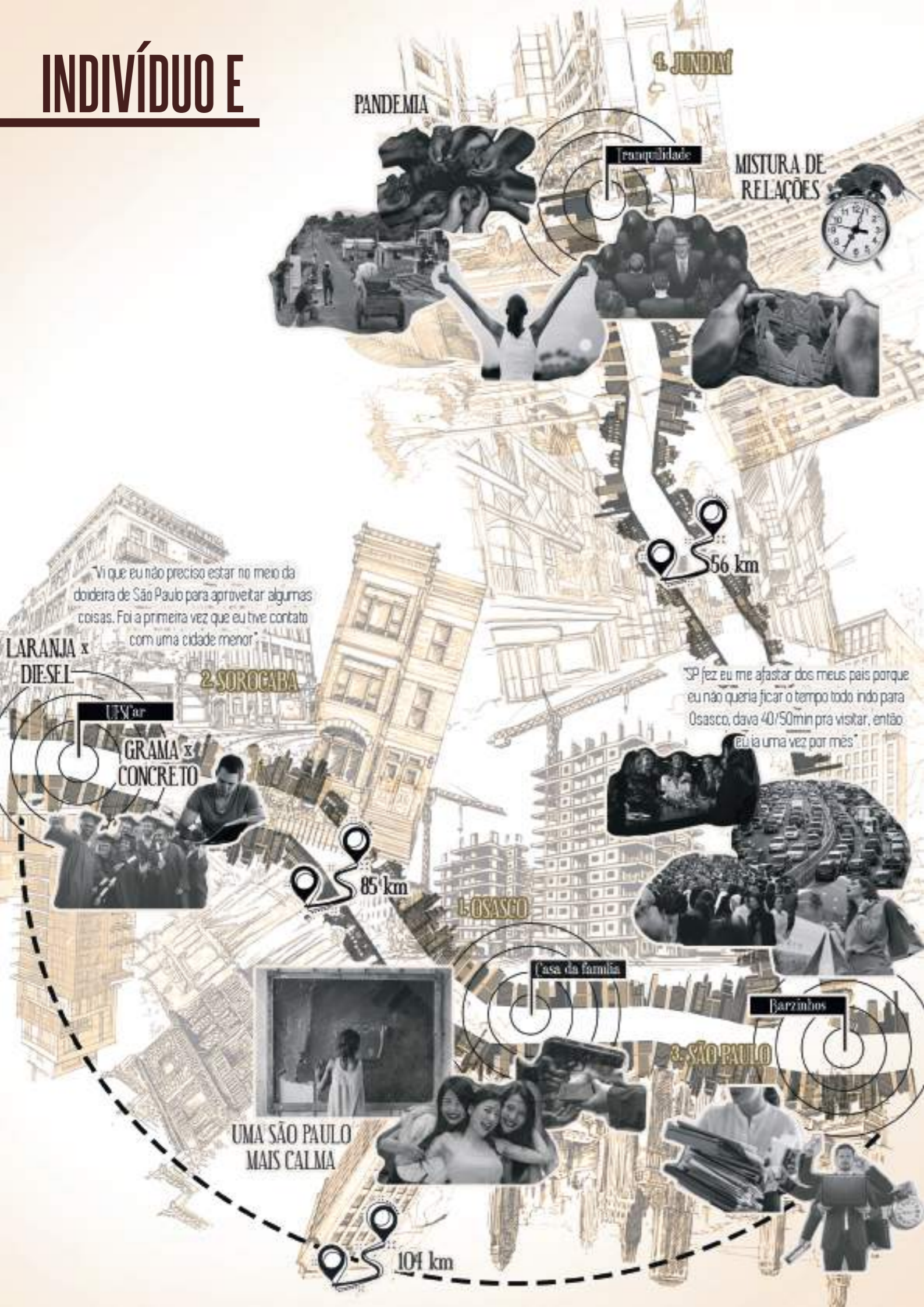
Para o indivíduo D, Benedito Novo se desvenda ao longo de sua única rua de mão dupla, onde pequenos mercados estão estrategicamente distribuídos, conferindo à localidade a sensação de estar no limite do mundo. O cenário é marcado pela presença de vaquinhas, rios sinuosos e muitos sobrenomes de origem alemã. A cidade se conecta integralmente ao rio, moldando o desenho urbano conforme as curvas do curso d'água. Os empreendedores locais prosperam, e uma forte conexão entre os habitantes contribui para o desenvolvimento comunitário.

São Bento do Sul se distingue pelos morros e aclives, com casinhas alinhadas à beira do asfalto. O clima frio é acompanhado por estradas muito bem construídas, proporcionando um percurso agradável. A cidade transmite a sensação de ser um grande bairro, destacando-se pela construção caprichada das casas e a presença abundante de araucárias.

Já Maringá é caracterizada pela área da catedral, onde uma atmosfera movimentada é evidenciada pela presença de muitas pessoas ao redor. Um gramado amplo abriga diversos grupos isolados, enquanto crianças brincam atrás de cachorros e uma bola rola pelo chão. A animação é palpável, com vendedores oferecendo seus produtos. O ambiente é surpreendentemente tranquilo, sem o alarde característico das grandes cidades.



INDIVÍDUO E



A entrevistada, identificada como Indivíduo E, é uma mulher de 30 anos, de ascendência italiana e formação em engenharia de produção. Natural de Osasco/SP, cidade com uma população de 728.615 habitantes, viveu lá até o início da faculdade em Sorocaba/SP (723.682 habitantes). Para ela, morar em Osasco e em São Paulo é praticamente a mesma experiência, dada a forte interligação entre as duas cidades. No entanto, ao se mudar para Sorocaba, percebeu que não era necessário estar no agito constante de São Paulo para desfrutar de algumas comodidades, marcando seu primeiro contato com uma cidade um pouco menor.

Mais tarde, por motivos profissionais, mudou-se para o bairro do Brooklin, na zona sul de São Paulo, onde tinha acesso fácil a todas as necessidades diárias, mas enfrentava a lotação frequente dos estabelecimentos. Decidiu mudar-se para Jundiaí (443.221 habitantes) um pouco antes da pandemia, descrevendo a decisão como uma escolha para escapar da intensidade de São Paulo. Aceitou um emprego em Itu/SP (168.240 habitantes) e, devido ao deslocamento diário, que consumia aproximadamente cinco horas do seu dia, optou por Jundiaí por ser uma cidade intermediária. Ela a considera uma cidade do interior, caracterizada pela segurança e pela proximidade nas relações entre as pessoas.



IDADE: 30 anos

OCUPAÇÃO: Eng^o Produção

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Osasco/SP (701.428 hab.)



Sorocaba/SP (695.328 hab.)



São Paulo/SP (12,33 mi hab.)



Jundiaí/SP (426.935 hab.)

O indivíduo E descreve Osasco pela agitação e caos familiar. Em contraste, Sorocaba é percebida através da presença da Universidade, envolta por uma paisagem abundante de verde, misturando os aromas de grama e concreto, e ainda carregando notas de laranja e diesel. A região é marcada por uma brisa constante, estabelecendo uma relação de novidade.

São Paulo, por sua vez, se revela nos animados barzinhos, onde luzes e barulho criam uma atmosfera vibrante. A agitação da vida é evidente, com conversas animadas e amizades voláteis, enquanto cores intensas preenchem o cenário.

Finalmente, Jundiaí é caracterizada como o oposto de São Paulo: um lugar de silêncio e serenidade. Rodeada por muita vegetação e árvores, a cidade transmite tranquilidade, apresentando tons claros e suaves.



IDADE: 42 anos

OCUPAÇÃO: Educadora

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:
Doutor Pedrinho/SC (4.164 hab.)

Indaial/SC (72.346 hab.)

São Paulo/SP (12,33 mi hab.)

Curitiba/PR (1,96 mi hab.)

Maringá/PR (436.472 hab.)

A entrevistada, identificada como Indivíduo F, é uma mulher de 42 anos, pele branca, de ascendência italiana e educadora. Natural de Doutor Pedrinho (3.637 habitantes), aos 17 anos mudou-se para Blumenau (361.261 habitantes) para cursar a faculdade. Descreveu como difícil viver em Doutor Pedrinho, onde as relações se entrelaçam constantemente, e as oportunidades de carreira são limitadas, o que a levou a permanecer em cidades maiores.

Casou-se e mudou para Indaial/SC (71.549 habitantes), uma cidade intermediária, mas a cidade ficou pequena no quesito profissional devido à venda da instituição em que trabalhava. Optou por São Paulo/SP (11,45 milhões de habitantes) para desenvolver sua carreira. Após alguns anos, sentiu cansaço da metrópole, percebendo a repetição nas experiências urbanas. Desejando mais contato com a natureza, mudou-se para Curitiba/PR (1,77 milhões de habitantes), priorizando os espaços de campo e praia para sua filha. Apesar de inicialmente perceber as pessoas como fechadas, descobriu acolhimento e acesso a cultura e educação.

Posteriormente, mudou-se para Maringá/PR (409.657 habitantes), um polo no interior, onde encontrou dificuldades em ampliar horizontes e experimentou uma comunidade menos acolhedora que Curitiba. Após três anos na cidade, não conseguiu estabelecer um círculo de amigos devido à ênfase em aparências, julgamentos e ostentação, características ausentes nas cidades maiores e mais intelectualizadas.

Surpreendentemente, após toda essa vivência, expressou a preferência de morar em Doutor Pedrinho, onde possui uma casa no interior. A cidade oferece a tranquilidade desejada, sem a agitação urbana e a dependência de elementos citadinos, refletindo uma mudança nas prioridades após suas diversas experiências.

O indivíduo F encapsula a essência de Doutor Pedrinho em um sítio, onde o ar puro proporciona uma sensação de frescor, bem-estar e tranquilidade, deixando o coração em paz. Cada segundo da viagem é valorizado, representando uma experiência enriquecedora.

Em contraste, São Paulo é definida pela varanda de casa com vistas panorâmicas. O flash de sol destaca os prédios em meio ao entorno de concreto, com o som de aviões sobrevoando e helicópteros pairando no horizonte.

Curitiba, por sua vez, destaca-se pelas suas ruas impecáveis, evidenciando uma limpeza invejável e um cuidado notável na manutenção, além de uma notável acessibilidade. Apesar de ser uma cidade grande e capital, consegue proporcionar bem-estar através de seus espaços verdes e paisagismo.

Quanto a Maringá, o indivíduo F a descreve dentro de casa, por estar na cidade em situação de pandemia.



INDIVÍDUO G

"Minha vida tá passando e eu tô vendo que passo mais raiva do que sou feliz. Em São Paulo você ganha mais dinheiro do que ganha em Doutor Pedrinho, mas dinheiro não é tudo, você precisa ter paz."

"Aqui 40km é 40min, em São Paulo dependendo do dia pode levar 4h"

1 SÃO PAULO

Avenida paulista

"Conviver em sociedade em uma cidade grande está cada vez mais difícil porque cada um olha os seus direitos mas não olha os seus deveres."

DIFÍCIL CONVIVER EM SOCIEDADE

592 km

ATENDIMENTO RUIM

Arrozal

FALTA DE ONG'S

2 DOUTOR PEDRINHO

"Se eu quiser sair à noite aqui e ir andando até Benedito, nada vai acontecer comigo"

JULGAMENTO

O entrevistado, conhecido como Indivíduo G, é um homem de 46 anos, de ascendência italiana e profissão de vendedor. Natural de São Paulo/SP, uma metrópole com 11,45 milhões de habitantes, viveu lá até os 43 anos, quando tomou a decisão radical de mudança. Buscando tranquilidade, segurança, comodidade e espaço, transferiu-se para Doutor Pedrinho/SC (3.637 habitantes), deixando para trás o ambiente urbano do apartamento em que residia.

As inconveniências na cidade grande, como a crescente violência, a fragilidade da segurança pública, as dificuldades na convivência social e o alto custo para manter uma qualidade de vida adequada, tornaram-se mais acentuadas com o passar dos anos. O entrevistado reflete sobre o equilíbrio entre ganhar mais dinheiro em São Paulo e a busca pela paz em Doutor Pedrinho, destacando que, apesar da diferença financeira, a tranquilidade e a felicidade são prioridades.

A escolha por Doutor Pedrinho foi motivada pela constatação de que outras cidades de porte médio apresentavam problemas semelhantes a São Paulo, como trânsito, segurança e educação. Além disso, o crescimento mais lento e a conexão com as raízes familiares pesaram na decisão, uma vez que os pais têm laços profundos com a região. A mudança para uma cidade menor representou uma renúncia às adversidades urbanas em busca de uma vida mais serena e significativa.

Para o indivíduo G, São Paulo se revela na Avenida Paulista. A rua é larga, flanqueada por prédios altos, oferecendo um bom comércio e escondidos lugares encantadores. O deslocamento é fácil, e as noites na região são incríveis, proporcionando opções para todos os gostos. Há feirinhas em cada esquina, oferecendo comidas diversas e uma variedade de cores que contribuem para a vivacidade do ambiente.

Por outro lado, Doutor Pedrinho é definido pela presença marcante dos arrozais, cercado por montanhas e uma profusão de verde que revela uma abundância de beleza natural. As construções bucólicas remetem ao ambiente interiorano, com um capricho notável na jardinagem. O cheiro de lenha e a fumaça saindo das chaminés evocam memórias da infância passada com os primos, em estradas sinuosas que caracterizam a região.

6



IDADE: 46 anos

OCUPAÇÃO: Vendedor

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

São Paulo/SP (12,33 mi hab.)



Doutor Pedrinho/SC (4.164 hab.)



IDADE: 27 anos

OCUPAÇÃO: Arquiteto

TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO:

Antônio Carlos/SC (8.712 hab.)



Florianópolis/SC (516.524 hab.)

O entrevistado H é um homem de 27 anos, de ascendência alemã, pele branca e profissão de arquiteto. Natural de Antônio Carlos/SC, uma cidade com 11.095 habitantes, sempre nutriu o desejo de sair, pois todas as suas atividades desde a infância exigiam deslocamento para outras cidades. Após concluir o ensino médio, mudou-se para Florianópolis (população de 537.211 habitantes) para cursar Arquitetura e Urbanismo. A experiência na cidade grande, no entanto, foi marcada por estigmas relacionados ao sotaque e maneirismos locais, o que se revelou traumatizante.

Apesar disso, manteve contato frequente com sua cidade natal, Antônio Carlos. Embora apreciasse a calma do local, sentia falta da vivacidade e do espírito de uma capital. Essa lacuna incluía a falta de atividades culturais e esportivas. Em Antônio Carlos, era conhecido por ser o filho de determinada família, sempre vinculando sua identidade ao local de origem. No entanto, tomou a decisão de vir para Florianópolis para construir uma carreira mais autônoma, buscando independência e a oportunidade de estabelecer sua trajetória profissional por méritos próprios.

O indivíduo H descreve Antônio Carlos pelo trajeto de carro ao longo da via principal, onde o cenário é dominado por uma intensa atividade comercial, com carros e caminhões estacionados, criando uma atmosfera de bagunça e caos típica da vida urbana. O eixo da via se estende até a matriz e a praça no final, porém, caminhar por ali não é confortável devido à abundância de informações. Nesse espaço, a cidade rural se manifesta, com a presença de pessoas sujas que vêm do campo para resolver questões bancárias e uma agropecuária estabelecida na rua principal.

Já Florianópolis é caracterizada pelo percurso de carro ao se aproximar da ponte. A visão da ponte, do mar, das montanhas naturais e dos edifícios cria uma paisagem de grande escala, com comunidades situadas nos morros. A transição de sair de uma cidadezinha e desembarcar no Terminal Integrado do Centro (TICEN) é descrita como desesperadora.



DESDOBRAMENTOS DA CARTOGRAFIA AFETIVA: EXPLORANDO CONEXÕES ENTRE O INDIVÍDUO E A CIDADE

Os mapas abstratos intrigam pela ênfase nos sinais emotivos e expressivos que se destacam em suas características imagéticas. Essa ferramenta oferece a possibilidade de um sentimento que não é apenas falado e lido, mas também visto.

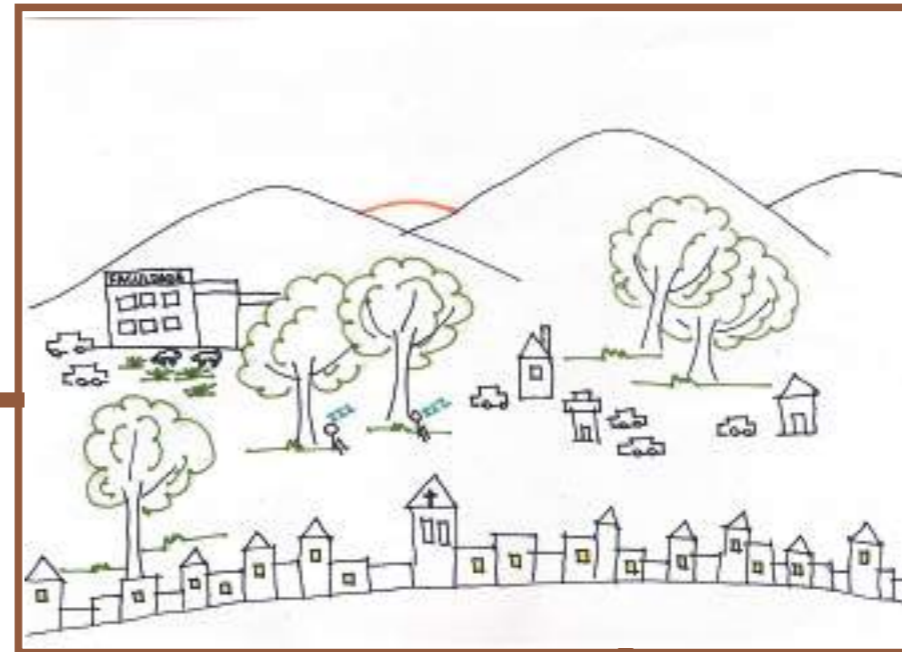
Neste instrumento, desenhos e metáforas emergem como recursos imagéticos que desvelam os afetos, preenchendo os sentimentos em conjunto com a linguagem escrita dos participantes da pesquisa. O ato de desenhar cria um ambiente propício para a expressão de emoções e sentimentos, enquanto a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho.

Através de diálogos que solicitavam o desenho das cidades e respostas a perguntas associadas, foi possível sondar os sentimentos dos indivíduos A e C. O desfecho compreendeu um croqui, uma exposição lógica e uma exposição sentimental do desenho.

Os entrevistados foram instruídos a desenhar e representar sua percepção e emoções em relação às duas cidades mais emblemáticas para eles nas quais moraram. O propósito primordial do desenho foi facilitar a expressão de emoções. A interpretação do desenho ficou sob responsabilidade do próprio sujeito que o criou, e não do investigador. Essa interpretação se revela na exposição lógica e sentimental do desenho, onde a pessoa esclarece suas intenções ao representar o que desenhou.

A seguir, serão apresentados os mapas afetivos dos indivíduos A e D, acompanhados das descrições elaboradas a partir de seus relatos.

INDIVÍDUO A



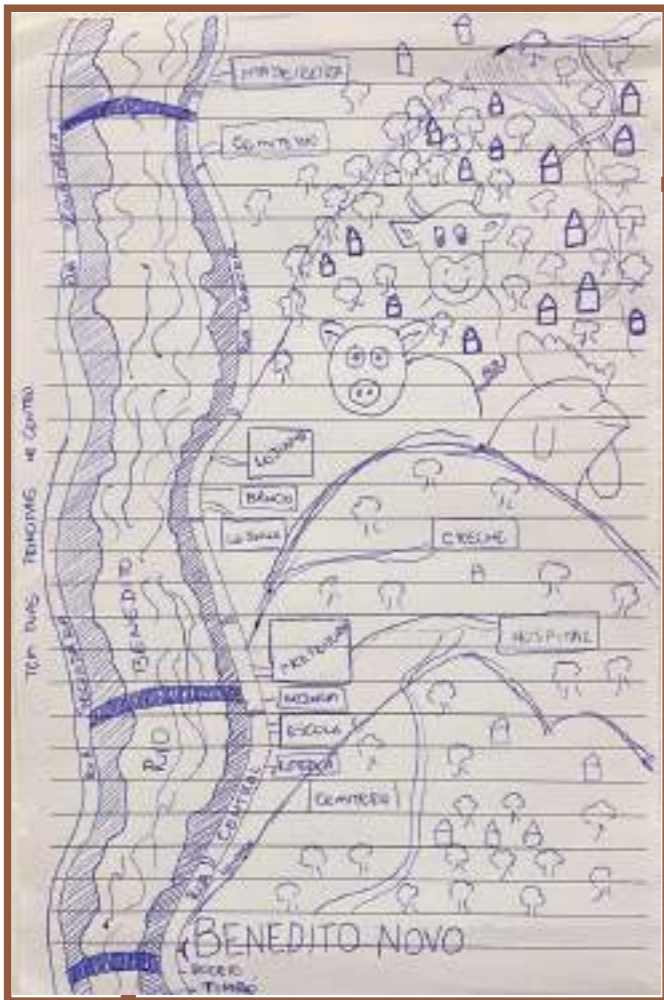
MUZAMBINHO

A entrevistada, designada como Indivíduo A, apresenta seu croqui de Muzambinho como a representação de um ambiente sereno, permeado pelo som suave de passarinhos e pela presença notável da natureza, onde as casinhas assumem um papel secundário. Por outro lado, São Paulo é retratada como um cenário de constante caos e intensa atividade, um ambiente ruidoso com sons provenientes de todas as direções, onde os edifícios são os protagonistas. Através do traçado dos desenhos, ela destaca que São Paulo é representada com linhas mais marcantes, mais tumultuadas, enquanto Muzambinho é retratada com um desenho mais limpo e suave, refletindo seus sentimentos ao recordar das duas cidades.



SÃO PAULO

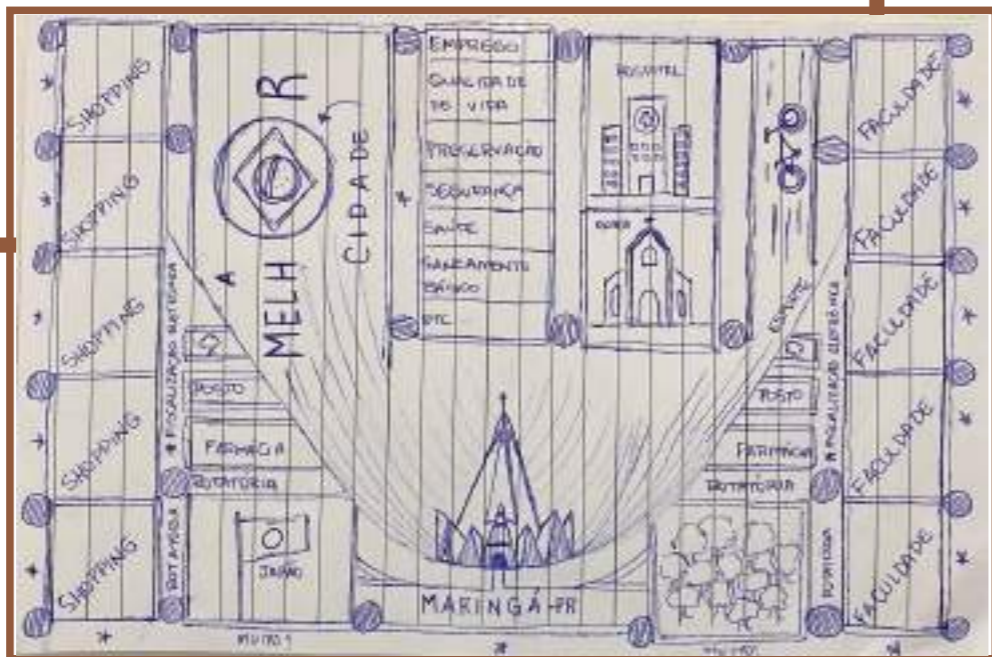
BENEDITO NOVO



INDIVÍDUO D

A entrevistada, identificada como Indivíduo D, descreve Benedito Novo como uma cidade repleta de natureza, envolta por vegetação e animais, tanto de estimação quanto de criação, caracterizando-a como um local um tanto bagunçado. Por outro lado, Maringá é delimitada como o oposto em termos de organização, destacando-se pela grande ordem, diversidade de oportunidades e uma ampla gama de atividades, além de uma vegetação exuberante. Ela também enfatiza a presença significativa de rotatórias e interseções em Maringá, ao passo que Benedito Novo é representada por uma única rua reta. A entrevistada expressa sua admiração pela organização e excelente qualidade de vida oferecidas em Maringá, contrastando com a serenidade encontrada em Benedito Novo.

MARINGÁ



O PONTO DE CHEGADA: CONSTRUINDO A CIDADE ATRAVÉS DE MEMÓRIAS

O método da entrevista qualitativa emerge como uma ferramenta notavelmente rica, possibilitando uma imersão detalhada em trajetórias e nuances que outras abordagens não conseguiriam alcançar. A proximidade estabelecida com os entrevistados, juntamente com a construção de relações baseadas em vivências compartilhadas, contribuiu para a fluidez do processo. No entanto, como desafio intrínseco a essa abordagem, surge uma amostra relativamente pequena, focalizada em uma área geográfica específica em um país tão vasto e diversificado como o Brasil. A seleção de participantes com elevado nível de escolaridade também pode ter influenciado os resultados, introduzindo um certo viés na pesquisa.

Apesar do valioso conteúdo obtido nas entrevistas, a aplicação prática da cartografia afetiva, uma síntese intrigante das respostas, foi realizada apenas com dois dos oito entrevistados. Essa decisão, fundamentada na afinidade e conhecimento prévio dos participantes pela autora, deixou lacunas na compreensão mais aprofundada dos sentimentos dos demais indivíduos em relação ao território onde residem.

As entrevistas revelaram nuances relacionadas a cidades grandes e pequenas que escaparam às abordagens bibliográficas e questionários. Observou-se, por exemplo, uma mudança nas prioridades e pensamentos ao longo do tempo, transformando o que antes era percebido como negativo e sem perspectiva em um sinal de acolhimento. Cada ser humano, dotado de anseios e prioridades únicas, encontra sintonia com diferentes tipos de cidade. Os relatos evidenciam que, embora as cidades pequenas possuam defeitos, não são integralmente ruins, assim como as cidades grandes têm suas virtudes, mas não são isentas de imperfeições, e vice-versa. A capacidade de balancear e definir quais características acolher torna-se uma prerrogativa individual. Além disso, destacou-se de forma mais nítida um ponto mencionado anteriormente nos capítulos, a saber: a caracterização de uma cidade, seja grande ou pequena, não se limita a atributos quantitativos.

Ao abordar essa temática, a análise qualitativa das entrevistas e a subsequente categorização em unidades distintas, visando diferenciação e síntese, resultaram em diversas abordagens para compreender e analisar as dinâmicas de cidades grandes e pequenas. Essa metodologia permitiu a organização das memórias e sentimentos em onze categorias abrangentes: Qualidade de Vida, Individualismo, Relatividade Espaço-Tempo, Alegoria da Caverna, Autonomia vs. Dependência, Perspectiva de Futuro, Fases de Vida, Segurança vs. Violência, Preconceito, Anonimato vs. Popularidade e Progresso vs. Atraso.

Essas categorias oferecem uma compreensão mais aprofundada das complexidades associadas a cidades de diferentes tamanhos, destacando, como já mencionado, que a conexão com o ambiente urbano vai além de características meramente quantitativas, sendo moldada por uma diversidade de perspectivas individuais. Na sequência, serão apresentadas as análises de cada um desses conjuntos em relação à realidade urbana, seguido pela apresentação de um mapa síntese que incluirá citações dos entrevistados, reforçando os pontos anteriormente mencionados.

INDIVIDUALISMO

Conforme argumenta Lefebvre (2001), a essência da cidade está atrelada às "relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade". Essas interações, delineadas por Simmel como cultura subjetiva na realidade urbana, são forjadas pela troca interpessoal entre indivíduos. A dinâmica resultante dessa interação provoca fenômenos como o estranhamento, a diferenciação entre indivíduos e a constituição de alianças, grupos e estilos de vida, contribuindo assim para a complexidade das relações e da vida na cidade (KOURY, 2010).

O contato com diferentes individualidades além de amplificar e complicar o processo de aproximação ao propiciar encontros no ambiente urbano, também, cria focos de divergência e conflito que fomentam uma maior diferenciação e novos olhares sobre si mesmo e os outros. Fernandes (2018) destaca que a disseminação de condomínios fechados desempenhou um papel significativo na alteração dos laços de sociabilidade e da vida social das pessoas. Tais condomínios representam uma "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e a intensificação da auto-segregação".

A esse respeito, o conceito de "individualismo negativo", como exposto por Zaluar (1997 apud Fernandes, 2018), materializa-se quando os indivíduos se isolam no tecido social, abdicando do compartilhamento de valores comuns. Esse fenômeno resulta na decomposição dos laços sociais públicos e na criação de uma sociedade individualizada. A vida urbana, sobretudo nas grandes cidades contemporâneas, propicia a formação de modos e estilos de vida constantemente singulares, os quais interagem em um diálogo reflexivo, tanto intrapessoal quanto interpessoal.

FASES DE VIDA

Compreender as perspectivas ao longo das diferentes fases da vida é essencial para compreender as complexidades do desenvolvimento humano e sua interação com o ambiente. Cada estágio, desde a infância até a velhice, traz consigo desafios e oportunidades que moldam as perspectivas individuais e coletivas.

A mudança dessas perspectivas e metas ao longo da vida são notáveis, acompanhadas por transformações físicas, cognitivas e emocionais. Um exemplo claro disso é a meia-idade ou maturidade, onde o foco se volta para o desenvolvimento de cuidados familiares e contribuições à sociedade (FERRIGNO, 2015).

Uma pesquisa conduzida por MARTINS et al. (2007) destaca que, mantendo níveis de renda consistentes, homens e mulheres idosos, independentemente de residirem em cidades grandes ou pequenas, expressam uma percepção satisfatória de sua qualidade de vida subjetiva. Esses resultados indicam que, ao superar disparidades na distribuição de renda, as pessoas podem experimentar satisfação com a vida, seja em grandes centros urbanos ou em pequenas cidades do interior do país.

Essa dinâmica está intrinsecamente ligada à forma como o próprio sujeito se percebe e interage com o contexto urbano que o cerca. O ambiente urbano, que se revela positivo em uma fase específica, pode tornar-se menos apropriado em outra, e o oposto também é verdadeiro, refletindo as alterações nas perspectivas, necessidades e aspirações individuais.

PERSPECTIVA DE FUTURO

Em cidades grandes e pequenas, o acesso a postos de trabalho, serviços de educação e saúde é crucial para atender às necessidades individuais e sociais, desempenhando um papel fundamental na satisfação e na qualidade de vida dos habitantes. Essa condição, embora necessária, não é suficiente para determinar totalmente a expansão da liberdade de escolha das pessoas (PEREIRA et al., 2019).

Nas cidades grandes, onde a diversidade de oportunidades muitas vezes é maior, o acesso a empregos variados, instituições educacionais e serviços de saúde é mais amplo, proporcionando uma gama mais extensa de escolhas. No entanto, a complexidade da vida urbana também pode criar desafios relacionados à competição e acesso aos recursos e à agitação cotidiana.

Em cidades pequenas, a proximidade física entre diferentes pontos, por vezes, facilita o acesso a oportunidades, promovendo uma sensação de coesão na comunidade. No entanto, essa proximidade também pode resultar em uma variedade mais limitada de opções. Assim, embora a comunidade próxima proporcione coesão, a escassez de opções pode ser um desafio para aqueles que buscam diversidade em suas escolhas.

Em ambos os casos, a interação entre a oferta de oportunidades e a liberdade de escolha é uma dinâmica complexa. A qualidade de vida e a perspectiva de futuro são influenciadas não apenas pelo acesso a essas oportunidades, mas também pela capacidade de escolher caminhos alinhados com os valores e aspirações individuais.

AUTONOMIA VS. DEPENDÊNCIA

Etimologicamente, a palavra "autonomia" tem suas raízes no grego *autosnomos*, significando a capacidade de autogovernar-se. Conforme discutido por Santos (2002, apud Endlich, 2006), o conceito de autonomia abrange dois significados entrelaçados: a autonomia coletiva, caracterizada pelo autogoverno consciente e explícito de uma coletividade específica, e a autonomia individual, que se refere à habilidade dos indivíduos em realizar escolhas de liberdade, agindo com responsabilidade e conhecimento.

Nesse contexto, a interação com o ambiente urbano engloba essas duas formas de autonomia, exercendo influência direta no desenvolvimento individual em relação ao meio. A autonomia coletiva no ambiente urbano pode ser compreendida como a capacidade de um município realizar ações de forma autônoma e independente dos municípios circunvizinhos. Por outro lado, a autonomia individual diz respeito às ações tomadas pelo próprio indivíduo para concretizar seus objetivos, utilizando os recursos disponíveis.

Como destacado por Guma (2016), algumas cidades contemporâneas possuem importância local e dinamismo urbano modesto, ao passo que outras mantêm estruturas precárias, dependendo inteiramente de municípios vizinhos, do Estado e da União, sem alcançar qualquer relevância fora de seu espaço intraurbano.

RELATIVIDADE ESPAÇO-TEMPO

O espaço-tempo é um conceito fundamental nas teorias da física moderna, especialmente na Teoria da Relatividade proposta por Albert Einstein, o qual unifica o espaço tridimensional com a dimensão temporal em uma única entidade. Essa concepção desafia a intuição clássica sobre a natureza do espaço e do tempo, demonstrando que eles são interdependentes e mutuamente influentes.

Além da sua aplicação na física, o conceito de espaço-tempo também pode ser aplicado, de forma teórica e metafórica em outros campos, incluindo o urbanismo, onde acontece a interdependência dinâmica entre o espaço geográfico e a passagem do tempo nas configurações urbanas.

Na perspectiva da relatividade espaço-tempo urbana, a mobilidade emerge como um elemento central. As redes de transporte e comunicação formam uma malha interconectada que liga diferentes pontos da cidade, exercendo uma influência direta na percepção do tempo e espaço pelos habitantes. O tempo de deslocamento e a acessibilidade a áreas específicas tornam-se elementos fundamentais na experiência urbana.

Cada indivíduo vivencia o espaço urbano de maneira singular, dependendo de suas atividades diárias, interesses e laços emocionais. A relatividade espaço-tempo no urbanismo ressalta como diferentes grupos sociais podem ter percepções distintas do mesmo espaço, moldadas por suas rotinas, cultura e história. Essa abordagem permite uma compreensão mais holística das cidades como sistemas dinâmicos, moldados por forças temporais e espaciais interconectadas.

PRECONCEITO

O preconceito abrange um conjunto de concepções prévias, opiniões ou atitudes desfavoráveis direcionadas a uma pessoa ou grupo. No âmbito urbano, o preconceito pode estar associado a fatores como origem, classe social, etnia e orientação sexual. Independentemente do porte da cidade, o preconceito representa um desafio social. Em áreas urbanas maiores, a diversidade pode ocasionar tensões e conflitos, enquanto em cidades menores, a adesão a padrões locais pode dificultar a aceitação das diferenças.

A heterogeneidade torna-se mais evidente, apresentando uma população diversificada em termos de origens, culturas e modos de vida. A interação entre grupos distintos pode propiciar uma maior variedade de preconceitos, decorrente da exposição a diversas perspectivas e identidades. O anonimato proporcionado pelo tamanho da cidade pode, por vezes, intensificar atitudes discriminatórias ou, ao contrário, reduzi-las.

Por outro lado, em cidades pequenas, onde as comunidades são mais próximas e as relações interpessoais mais intensas, o preconceito pode se manifestar de maneira mais direta e pessoal, ou de forma indireta ao difamar nas conversas informais. A homogeneidade étnica e cultural pode levar à discriminação de indivíduos que se desviam das normas estabelecidas pela comunidade. Entretanto, em determinadas situações, a proximidade e a convivência mais estreita podem gerar vínculos de compreensão e aceitação.

ALEGORIA DA CAVERNA

A Alegoria da Caverna, proposta por Platão, é uma narrativa que ilustra a busca pelo conhecimento. Nela, indivíduos estão acorrentados dentro de uma caverna, observando apenas as sombras projetadas na parede. Essas sombras simbolizam as ilusões e aparências do mundo sensível. A libertação de um prisioneiro, sua exposição à luz do sol e seu subsequente retorno à caverna representam a busca pela verdade, sabedoria e realidade absoluta.

A caverna, no contexto desse trabalho, representa o mundo em que a humanidade reside, e as sombras são a interpretação que o homem faz da realidade com base em suas experiências na Terra até os dias atuais. Essa concepção ressalta que a sociedade muitas vezes está imersa na escuridão dos fatos e em suas próprias verdades, com muitos indivíduos sem explorar além de suas perspectivas limitadas.

Semelhante aos personagens na caverna de Platão, muitos habitantes urbanos, tanto em cidades grandes quanto pequenas, podem encontrar-se imersos em uma realidade restrita, condicionados por padrões, hábitos e rotinas que moldam suas percepções. A expansão é difícil, existem muitos obstáculos, e somente quem vivenciou essa experiência compreenderá plenamente seu significado, enquanto os observadores permanecem na mesma caverna, receosos de se aventurar no novo. Como Platão destaca, a resistência natural à mudança, evidenciando que a jornada para além da "caverna" exige adaptação e superação de desafios para alcançar uma visão mais abrangente da realidade:

“E se o forçassem a olhar para a própria luz, não achas que os olhos lhe doeriam, que ele viraria as costas e voltaria para as coisas que pode olhar e que as consideraria verdadeiramente mais nítidas do que as coisas que lhe mostram? [...] É preciso que ele se habitue, para que possa ver as coisas do alto. [...] Os prisioneiros não diriam que, depois de ter ido até o alto, voltou com a vista perdida, que não vale mesmo a pena subir até lá?” (MARCONDES, 2007).

SEGURANÇA VS. VIOLÊNCIA

A problemática da violência não se restringe à sociedade contemporânea e se entrelaça com o dinamismo social em qualquer época. À medida que a sociedade se consolida, inevitavelmente surge o conflito e o confronto. A sensação de insegurança, em determinados lugares, promove modificações no dia a dia das pessoas, levando a ajustes nos horários para atividades sociais, evitando áreas consideradas arriscadas, e minando não apenas as interações sociais, mas também a vitalidade das cidades.

Essa perspectiva desvela um panorama em que o "outro" perturba a realidade social de uma localidade. Nas metrópoles, a visibilidade da violência é frequentemente exacerbada pela densidade populacional e pela cobertura midiática intensiva. As vastas áreas urbanas abrigam bairros com distintos níveis de segurança, criando disparidades na exposição à violência.

A dinâmica peculiar das cidades menores dificulta a prática criminosa, uma vez que há um maior potencial de reconhecimento do indivíduo, seja por seu status local ou pela sua condição de estrangeiro perante a comunidade. Adicionalmente, o elevado grau de personalização, característico de cidades pequenas, contribui para a subnotificação de ocorrências, como violência doméstica e estupro, especialmente em âmbitos familiares (FERNANDES, 2012).

ANONIMATO VS. POPULARIDADE

Nas pequenas cidades, destaca-se uma característica peculiar na vida social: a personalização. Nesse cenário, a proximidade entre os habitantes cria uma visibilidade incontornável. As pessoas, em sua maioria, conhecem-se e são reconhecidas não apenas pelo nome, mas também por laços de parentesco, vizinhança ou pela ocupação profissional. Além disso, eventos marcantes, como "aquele que traiu a esposa" ou "aquele que fugiu de casa", contribuem para a formação dessas identidades locais (FERNANDES, 2018).

"Sabe-se que o dono do armazém vai à igreja todo domingo, joga sinuca toda quinta-feira com as mesmas pessoas, é casado, tem tantos filhos etc. Mesmo suas atividades mais clandestinas são, basicamente, controladas. É difícil esconder, por muito tempo, de todos os conhecidos, uma ligação, um hábito etc. Sem dúvida, na metrópole existem pessoas que vivem dentro de esquemas semelhantes em áreas da cidade habitadas por grupos sociais cujo estilo de vida implique nesse tipo de rotina." (Velho; Machado da Silva, 1977, p. 79-80).

No entanto, conforme apontado por Velho (2000), essa intimidade intensa traz consigo um significativo controle social e uma certa falta de liberdade. Em contrapartida, o indivíduo que reside em áreas metropolitanas vivencia um tipo diferente de paradoxo, oscilando entre o anonimato e a liberdade. Nos grandes conglomerados urbanos, as interações ocorrem com lugares, situações e outros indivíduos anteriormente desconhecidos. Dada a amplitude desse ambiente, o indivíduo, a princípio, é um anônimo, sendo observado de maneira mais simplificada. Essa dinâmica reflete a complexidade das experiências sociais em distintos contextos urbanos.

QUALIDADE DE VIDA

Na década de 1990, o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL) definiu qualidade de vida como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida, contextualizada na cultura e sistema de valores em que vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Assim, a qualidade de vida, seja de um indivíduo ou de uma população, abarca aspectos tanto objetivos quanto subjetivos.

Os indicadores objetivos da qualidade de vida são fundamentados em elementos concretos, como a satisfação das necessidades essenciais da vida humana. Eles abrangem aspectos ambientais, como qualidade da água e do ar; habitacionais; urbanos, incluindo transporte, segurança, comunicação e poluição; sanitários, contemplando assistência médica e taxas de mortalidade; e sociais, como nível econômico, condições de trabalho e lazer (FORATTINI, 1991). Em contraste, os aspectos subjetivos englobam valores não materiais, como liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal, conforto e felicidade. O estado de satisfação ou insatisfação é, portanto, uma experiência intrinsecamente pessoal.

Em ambos os contextos urbanos, seja em grandes ou pequenas cidades, diversas características ambientais impactam a qualidade de vida. Destacam-se o contato com o meio natural, a densidade populacional, a configuração do espaço físico, tanto em termos pessoais quanto coletivos, e a oferta quantitativa e qualitativa de atividades industriais e serviços. Esses fatores moldam a experiência cotidiana dos habitantes, desempenhando um papel crucial na determinação do bem-estar e na percepção geral de qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES GRANDES E PEQUENAS

A trajetória deste trabalho foi marcada por uma sucessão de pesquisas e indagações não lineares, caracterizada por idas e vindas e diversos momentos de incerteza. Inicialmente, a proposta foi desvendar o motivo pelo qual os habitantes de cidades pequenas optavam por permanecer em cidades que, pela experiência empírica da autora, pareciam não oferecer condições urbanas adequadas. No entanto, a leitura e o contato com diferentes visões de mundo enriqueceram a compreensão, permitindo uma análise mais abrangente das dinâmicas urbanas, direcionando o foco para a compreensão das peculiaridades e características que envolvem o convívio tanto em cidades pequenas quanto grandes.

A busca pelo entendimento das complexidades e particularidades desses dois contextos urbanos revelou-se uma jornada de autodescoberta, expandindo horizontes e desafiando preconceitos iniciais. A cidade, seja pequena ou grande, passa a ser entendida como um organismo vivo, proporcionando experiências diversas e ambíguas para seus habitantes. Por meio dessa trajetória, a autora consegue reconhecer as qualidades que um ambiente de cidade pequena pode proporcionar, transcendendo suas eventuais limitações intrínsecas.

A tendência de generalização que envolve as narrativas sobre as pequenas cidades por vezes impede a apreciação da diversidade entre seus habitantes, criando uma imagem homogênea do interior. Para desconstruir esses estereótipos, é essencial aprofundar-se e analisar cuidadosamente as particularidades de cada cidade, reconhecendo que cada localidade possui sua própria identidade, dinâmicas e desafios únicos. Ao promover essa abordagem mais refinada, abre-se espaço para uma representação mais fiel e inclusiva das comunidades rurais.

Essa dualidade na percepção das cidades reflete a complexidade inerente à vida urbana, onde a atração e o desconforto coexistem de forma intrincada. Nas cidades grandes, a diversidade cultural e as oportunidades profissionais podem cativar, ao mesmo tempo em que o anonimato e a violência urbana podem gerar inquietações. Já nas cidades pequenas, a sensação de comunidade e a tranquilidade podem ser atrativos, mas a limitação de oportunidades e a falta da individualidade podem gerar pressões distintas.

O preconceito, a violência, o anonimato, a autonomia e a individualidade são facetas presentes em qualquer ambiente urbano, mas suas manifestações variam, delineando a experiência única de cada cidade. As escolhas do observador assumem uma importância crucial, uma vez que cada fase distinta da vida oferece uma perspectiva singular. Além disso, é fundamental considerar a cidade como um organismo vivo em constante mutação, adaptando-se conforme a evolução das circunstâncias e das experiências individuais. Essa compreensão destaca a fluidez das relações urbanas, convidando a uma constante reavaliação e adaptação diante das transformações do ambiente urbano.

Nesse cenário urbano dinâmico, a cidade é palco de experiências multifacetadas, proporcionando uma riqueza de vivências que se entrelaçam com as trajetórias individuais. A ambiguidade de sentimentos surge da diversidade de perspectivas, onde cada habitante constrói uma relação única com o ambiente urbano.

Ademais, a subjetividade na definição de cidades grandes ou pequenas reflete a pluralidade de olhares sobre o espaço urbano. As características que podem tornar uma cidade grande para alguns podem ser percebidas como pequenas por outros, e vice-versa. Essa relatividade contribui para a singularidade do panorama urbano, desafiando classificações simplistas.

A cidade, assim, transcende definições estáticas, transformando-se em um campo vibrante de significados em constante evolução. Essa fluidez na compreensão das dimensões urbanas ressalta a capacidade da cidade de se reinventar, adaptar-se e surpreender seus habitantes, revelando-se um universo em constante movimento e descoberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alexandre Paz. Individualismo igualitário ou individualidade fragmentada? Notas sociológicas sobre o conceito de indivíduo. RBSE—Volume 14—Número 41—Agosto de 2015—ISSN 1676-8965.

ANTUNES, Henrique Fernandes. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 15, 2014.

AZEVEDO, BIANCA WANDEPOL. Cartografia afetiva: os afetos que mapeiam a escola.

BLANC, Manuela. Os famosos todos nós: Uma proposta de análise da experiência cidadã no pequeno-urbano. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2017.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 253-280, 2008.

CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma "cidade pequena". Mana, v. 9, p. 31-56, 2003.

CASTRO, Inã Elias de; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORRÊA, Roberto. Geografia: conceitos e termos. 2000.

CATALÃO, Igor. Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. 2010.

ENDLICH, Angela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. A VIDA SOCIAL E A SOCIABILIDADE NA PEQUENA CIDADE DE NOVA TEBAS (PR). Geografia em Questão, v. 11, n. 1.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. Revista Georaguia, v. 8, n. 1, 2018.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná. 2012.

FERRIGNO, José Carlos. A Psicologia das derradeiras fases da vida. Revista Longeviver, n. 46, 2015.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. Revista de saúde pública, v. 25, n. 2, p. 75-86, 1991.

GOMES, Gustavo Maia Rodrigues; MAC DOWELL, Maria Cristina. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. 2000.

GOMES, Rita. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 2, p. 117-138, 2012.

GOMES, Taynara do Vale et al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. Cadernos Metrôpole, v. 19, p. 891-918, 2017.

GUMA, Juliana Lamana. Planejamento e gestão urbanos em cidades pequenas: um estudo sobre Benedito Novo e de Rio dos Cedros-SC. 2016.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane. Percepção e representação ambiental: métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental. Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente, p. 181-216, 2008.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Cognição ambiental. Temas Básicos em Psicologia Ambiental, p. 105-121, 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Estilos de vida e individualidade. Horizontes Antropológicos, v. 16, p. 41-53, 2010.

LEMOS, João Henrique Zoehler. Cidades pequenas e transporte público regional em contextos não metropolitanos. Revista GEOMAE, v. 12, n. esp, p. 299-328, 2021.

LODDER, Celsius A. Planejamento regional: o ponto de vista rural. Pesquisa e planejamento econômico, v. 6, n. 3, 1976.

MAGALHÃES, José C. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. 2007. 2012.

MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, A Alegoria da caverna: A República, 514a-517c tradução de Lucy Magalhães. 2000.

MARTINS, Cíntia Ribeiro et al. Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 11, 2007.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014.

NETO, Francisco Otávio Landim; DA SILVA, Edson Vicente; DA COSTA, Nátane Oliveira. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 18, n. 2, p. 8, 2016.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes et al. Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras—2019. 2020.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. Cadernos de Antropologia e Imagem, v. 4, p. 31-56, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil, 1988.

ROCHA, Márcio Mendes. Angela Maria Endlich. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? Pequenas cidades e desenvolvimento local. p.15-40. 2009

RODRIGUES, C. A. S. A conexão entre o mito da caverna e sua configuração na atualidade. 2017. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SIEBERT, Claudia Freitas. Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí. Editora da FURB, 1997.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas-uma abordagem da pequena cidade. Revista de História Regional, 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, v. 1, p. 229-251, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 38, p. 84-112, 2016.

THEIS, Ivo M.; GARCIA, Maria Célia FS. Reestruturação regional e competitividade global: o caso do complexo têxtil de Blumenau. 2005.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. 2000.

VEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 29, p. 135-156, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Revista Nordeste: regionalismo e inserção global, v. 1, p. 05-32, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; DE NAZARETH, Maria. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Una nueva ruralidad en América Latina, p. 31-44, 2001.